



Número: 4

Horta, Quinta-Feira, 15 de Novembro de 1984

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

**D I Á R I O**

**DA ASSEMBLEIA REGIONAL**

III Legislatura  
I Sessão Legislativa

**Presidente:** Deputado Reia Leite

**Secretários:** Deputados Manuel Ávila e Manuel Goulart (substituído,  
aquando da formulação das suas perguntas ao Governo, pelo  
Deputado José Resendes)

## SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se às 15.00 horas.

### **Período da Ordem do Dia**

#### **- Apresentação e discussão do Programa do III Governo Regional dos Açores.**

Feita a apresentação do Programa pelo Sr. Presidente do Governo Regional (Mota Amaral), e tendo o Sr. Deputado João Vasco Paiva (PSD) informado a Câmara da intenção do seu Grupo Parlamentar de não solicitar quaisquer esclarecimentos ao Governo Regional, intervieram, solicitando esclarecimentos em relação ao citado programa, os Srs. Deputados Carlos César (PS), Carlos Mendonça (PS), Manuel Serpa (PS), Ivo Soares (PS), Dionísio de Sousa (PS), Manuel Goulart (PS), Conceição Bettencourt (PS), José Dias (CDS), Alvarino Pinheiro (CDS) e José Decq Mota (PCP).

No período destinado às respostas foram apresentados e votados dois requerimentos, versando a interpretação dada pela Mesa - quanto aos períodos atribuídos a cada partido para intervirem nesta discussão - à Resolução da Assembleia Regional de 10/11/80 que "aprova os instrumentos processuais para a apreciação do Programa do Governo Regional". Foram ambos aprovados por maioria, tendo o primeiro obtido: 25 votos do PSD e 1 do PCP a favor, 12 do PS e 2 do CDS contra e o segundo: 25 do PSD e 2 do CDS a favor, 9 do PS e 1 do PCP contra. Produziram declarações de voto, após ambas as votações, os Srs. Deputados Dionísio de Sousa (PS), Melo Alves (PSD), José Decq Mota (PCP) e Alvarino Pinheiro (CDS).

Ainda neste período, em relação aos esclarecimentos solicitados, intervieram o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Alvaro Dâmaso), os Srs. Deputados Carlos Mendonça (PS), Alvarino Pinheiro (CDS), o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Costa Neves), Ivo Soares (PS), o Sr. Secretário Regional da Administração Pública (António Meneses), o Sr. Secretário Regional do Trabalho (Manuel Arruda), o Sr. Subsecretário Regional Adjunto para a Cooperação Externa e Integração Europeia (Freitas da Silva), o Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo (Tomás Duarte), o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (António Maria Mendes), o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria (Costa Santos), o Sr. Secretário Regional do Equipamento Social (Germano Domingos), o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima) e o Sr. Presidente do Governo Regional (Mota Amaral).

Fim do período e tendo o Sr. Presidente declarado aberto o debate, intervieram, para uma intervenção, os Srs. Deputados Jorge Cabral (PSD) e, para solicitar um esclarecimento, Dionísio de Sousa (PS).

Os trabalhos terminaram às 20.00 horas.

**Presidente:** Srs. Deputados, eu pedia a vossa atenção, vai-se proceder à chamada.

(Eram 15.00 horas).

(Procedeu-se à chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados: **PSD** - Adelaide Teles, Alberto Romão, Álvaro Monjardino, Borges de Carvalho, Fernando Faria, Fernando Lima, Gabriela Silva, Helder Cunha, João Bernardo Rodrigues, João de Brito, João Vasco Paiva, Jorge Cabral, Jorge Cruz, José Azevedo, José Simas Raposo, Manuel Ávila, Mário Castro, Mário Freitas, Melo Alves, Natalino Viveiros, Reis Leite, Renato Moura, Pacheco de Almeida; **PS** - Carlos César, Carlos Mendonça, Conceição Bettencourt, Dionísio de Sousa, Fraga Pimentel, Ivo Soares, João Macedo, José Manuel Bettencourt, José Resendes, Manuel Goulart, Manuel Serpa, Roberto Amaral; **CDS** - Alvarino Pinheiro, José Dias; **PCP** - José Decq Mota).

**Presidente:** Estão presentes 38 Srs. Deputados. Está aberta a Sessão, pode entrar o público.

Srs. Deputados, a Mesa tem a anunciar de que, em relação às regras sobre o desenvolvimento do debate relacionado com a discussão e aprovação do Programa do Governo Regional, entende que a Resolução, referente a esta matéria, de 1980, que foi aprovada nesta Câmara antes da revisão da Constituição, está efectivamente em vigor porque, nessa altura, não era necessária a sua publicação como posteriormente pela revisão constitucional passou a ser.

Por outro lado, entende que estamos, manifestamente, em face de uma lacuna do Regimento da Assembleia e, por isso, interpreta, nos termos do artigo 196º, nº 1, do Regimento - "Compete à Mesa, ..., interpretar o presente Regimento e integrar as lacunas". De forma que entende que se deve integrar esta lacuna manifesta pela Resolução de 1980, que está em vigor.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para informar a Mesa e a Assembleia, em face da decisão da Mesa, que resta ao PS recorrer para o Plenário - o que parece desnecessário, uma vez que seria para pôr em execução uma coisa que a Mesa acabou de considerar, realmente, em vigor.

Como era apenas isso que nos levava a fazer, de novo, a apresentação da proposta - o partir do pressuposto de que, possivelmente, não estaria em vigor - uma vez que, pela decisão da Mesa, a tramitação e o processo de discussão do Programa do Governo, passa a estar em vigor, com a Resolução de 80, nós retiramos a nossa proposta de Resolução.

**Presidente:** Bom, assim sendo e (creio) havendo consenso sobre esta matéria, entendemos, então,

que a Resolução de 80, sobre o assunto, está em vigor e é com base nela que se processará a apresentação e a discussão do Programa do Governo.

Eu creio que temos que passar à parte da apresentação do Programa do Governo e vou ter que interromper os trabalhos da Assembleia por um período de 15 minutos. É quanto vai bastar.

**Deputado Carlos Mendonça (PS):** Falta o chefe...! (Risos)

**Presidente:** Eu não diria que falta o chefe. Falta o apresentador. De forma que vai ser preciso interromper os trabalhos por 15 minutos. Peço aos Srs. Deputados que dentro de 15 minutos recomeçam os trabalhos da Assembleia.

(Eram 15.13 horas)

**Presidente:** Srs. Deputados, peço a vossa atenção, estão reabertos os nossos trabalhos.

(Eram 15.30 horas)

Vou dar a palavra ao Sr. Presidente do Governo Regional, para a apresentação do Programa do Governo. Sr. Presidente, tem a tribuna à sua disposição.

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Permita-me V. Exª, Sr. Presidente, que as minhas primeiras palavras sejam para o saudar, para o cumprimentar pela sua eleição para a mais alta magistratura da Assembleia Regional e para lhe desejar, no desempenho dela, as maiores felicidades.

Saúdo também todos os Srs. Deputados - **todos** - qualquer que seja o círculo eleitoral por onde tenham sido eleitos; qualquer que seja o partido em cujas listas os seus nomes foram postos à consideração do eleitorado.

Todos aqui representam a Região e todos aqui se encontram, estou certo, com a firme disposição de servir os Açores.

É também este o espírito que anima o Governo Regional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A investidura parlamentar não é uma simples cortesia, uma mera formalidade. Exprime um acordo, dá origem a um compromisso; tem um importante conteúdo político.

O Governo apresenta o seu programa, perante a Assembleia. Nele se incluem os objectivos genéricos e as medidas em que se traduzirá a sua actuação.

A Assembleia Regional examina-o; dá-lhe a sua concordância.

O Governo fica obrigado a envidar todos os esforços para dar execução a tal programa.

A Assembleia Regional, por seu turno, fica obrigada a apoiar maioritariamente tal execução, assegurando os meios legislativos e financeiros

necessários e fiscalizando a acção do Governo.

A oposição, no funcionamento do mecanismo parlamentar, formula as suas alternativas, confronta-as com as soluções preconizadas. Mas é destas, naturalmente, que o Povo espera a execução - que para isso votou em maioria, nas listas do Partido Social Democrata.

O sistema democrático representativo impõe, em regime parlamentar, que a confiança do eleito-rado se concretize na confiança expressa do Parlamento.

A aprovação do Programa é um voto de confiança ao Governo.

O Governo deseja e necessita esta expressão de confiança, para começar a exercer em pleno as suas competências, atacando a solução dos problemas da nossa Região.

O Governo tem a noção perfeita das dificuldades do momento presente: a crise em que vivemos é uma realidade e de projecção mundial.

Por isso, consciente embora da força do seu mandato eleitoral maioritário, o Governo não avança em tom de triunfalismo.

A nossa atitude é, **como sempre**, de diálogo, em perfeita consonância com os princípios e a praxe da social-democracia, que norteiam o Governo.

Diálogo, antes de mais, com a Assembleia Regional:

- Aqui estaremos, sempre presentes, nas sessões plenárias desta Câmara, seguindo uma tradição que se iniciou já há vários anos;

- O Governo estará sempre disponível para assegurar a sua presença nos trabalhos das Comissões, quando para isso solicitado;

- E fará ponto de honra em promover a resposta, o mais urgente possível, aos requerimentos e às interpelações que lhe sejam apresentadas pelos Srs. Deputados;

- Manterá além disso, o Governo, plena abertura para quaisquer outros contactos-informais, solemes; os que forem;

- E, sem esperar, passivamente, pelas iniciativas dos deputados nesse domínio, o Governo irá, directamente, ao encontro dos Srs. Deputados para com eles dialogar acerca dos problemas da Região e, de uma forma especial, dos círculos eleitorais por onde se encontram eleitos, e para lhes pedir a sua colaboração - que nas tarefas que envolvem o Governo da Região, o esforço de todos e de cada um é valioso e sempre necessário.

Nesta colaboração com o Parlamento praticará o Governo boa parte do diálogo necessário com a oposição. Mais, na aplicação de leis que vigoram entre nós, para além mesmo da tribuna da ala parlamentar, procuraremos o diálogo com os partidos da oposição.

O Governo manterá as suas praxes, até aqui

seguidas pelos anteriores executivos, de diálogo com os Parceiros Sociais - com as organizações de trabalhadores, com as associações de empresários e com as outras instituições com papel relevante na nossa sociedade.

A mesma preocupação e o mesmo objectivo de diálogo norteará a acção do Governo no seu relacionamento com os órgãos da soberania - porque os nossos problemas têm um reflexo nacional e as soluções, que por vezes excedem as nossas competências legais e os meios de que dispomos, passam também pelo todo do nosso País.

Neste clima de diálogo, assente na tolerância e até na fraternidade - que supera todas as divergências - mais facilmente enfrentaremos as tarefas do desenvolvimento.

É certo que a Região está diferente, **bem diferente**, do período da arrancada - já lá vão 8 anos - mas o desenvolvimento económico e social é um processo que se realiza ao longo de gerações. Nós apenas promovemos o arranque. Agora é preciso continuar este esforço e levá-lo ao seu termo. Com a ideia clara também de que à medida que uns problemas se resolvem, outros surgem. A vida em sociedade é dinâmica - e neste perene desafio à criatividade radica o aliciante das tarefas governativas.

No que diz respeito às actividades relacionadas com a promoção do desenvolvimento económico e social da Região, uma palavra é merecida para o esforço de investimento em equipar a Região nas infraestruturas necessárias. Este esforço, que tem sido muito apreciável e que, ao longo destes últimos anos, envolveu dezenas de milhões de contos, tem de prosseguir.

Só por superficialidade se poderá dizer que tudo se encontra já realizado.

Mesmo naquelas infraestruturas vitais para uma região com as características da nossa, como são os portos e aeroportos, ainda temos importantes empreendimentos em execução e alguns até em começo de execução - como é o caso do porto de Santa Maria e do porto da Praia da Vitória - e outros há que se torna imprescindível lançar e concretizar - como é o do porto das Flores.

Haverá que prosseguir também o esforço de equipamento dos nossos aeroportos; e nesta área se insere o projecto, já em execução, da construção da nova pista do aeroporto de Ponta Delgada.

Nas escolas, nos hospitais, nas estradas, em áreas onde o investimento realizado foi tão apreciável e tem resultados à vista de todos, urge continuar a investir.

Define o Governo prioridades nesse domínio, que são os caminhos de penetração, o saneamento básico, a energia, a habitação. E, acerca destes vectores de actuação, no momento oportuno, serão presentes à Assembleia Regional os diplomas

adequados e a sua aplicação prática nos planos de desenvolvimento e no orçamento.

Procuraremos dar também tratamento adequado aos problemas dos nossos centros urbanos que, apesar da sua pequena dimensão, hoje em dia apresentam já dificuldades sérias que põem em causa a própria qualidade de vida.

Entende o Governo, e tomará isso como um dos pontos fundamentais da sua actuação, que é indispensável impulsionar os sectores produtivos. Apesar da crise, o investimento nestes sectores é indispensável; é até mais necessário e é preciso que o Governo formule as soluções adequadas, para que surjam os empreendimentos nos domínios da agro-pecuária, das pescas, do turismo, dando concretização a linhas - rumo já traçadas, abrindo novas frentes - porque muito há a fazer no domínio da animação dos sectores produtivos, para que eles criem os empregos que são necessários à nova geração.

A modernização das nossas estruturas económicas é de resto um dos grandes desafios, uma das grandes prioridades, quando a nossa Região se encontra, com o conjunto do nosso País, envolvida no processo da integração europeia.

O Governo porá todo o seu empenho em melhorar o funcionamento dos serviços públicos; em garantir que a educação, a saúde, a segurança social sejam cada vez mais acessíveis e em condições cada vez melhores.

Preocupação dominante do Governo será também desburocratizar, simplificar, o funcionamento da máquina administrativa, tornando-a acessível aos cidadãos e em termos de corresponder às solicitações que por eles sejam formuladas, sem se transformar num motivo de complicação da vida de cada um.

Na fase em que nós nos encontramos, do desenvolvimento da nossa Região, torna-se urgente olhar atentamente para os aspectos qualitativos do nosso desenvolvimento.

A promoção cultural é um domínio onde haverá que concretizar medidas, conforme preconiza o Programa do Governo - documento já entregue nesta Assembleia, já há alguns dias, e distribuído a todos os Srs. Deputados.

A preservação do nosso património e do ambiente natural da nossa Região, devem também constituir objectivos participados por toda a nossa população.

Uma palavra merece o que respeita aos problemas da juventude. O Governo entende fundamental valorizar a sua criatividade, promover a sua inserção na sociedade e no processo de desenvolvimento e afirmação dos Açores.

É por este caminho que se minimizarão alguns sinais de alarme, que já entre nós se fazem sentir, designadamente o surgir de uma certa marginalidade e até da delinquência no meio juve-

nil.

Neste domínio da juventude é indispensável - e fundamental mesmo - o papel da família. O Governo fará tudo o que estiver ao seu alcance para que as famílias encontrem os meios indispensáveis, para o exercício das suas responsabilidades sociais essenciais.

Uma palavra, por fim - Sr. Presidente, Srs. Deputados - para referir a reconstrução.

Esta é uma tarefa que envolveu meios quantiosos; que envolveu uma parcela muito importante da população da nossa Região; que nos honrou a todos com certeza, pela rapidez com que permitiu dar solução a problemas de dimensão enorme, mas, temos de reconhecer que, segundo os pontos de vista, esta tarefa, chegou ao fim.

O Governo promoverá as medidas adequadas, conforme consta do seu programa, para que os meios extraordinários de acção, que foram montados para responder aos problemas levantados pelo terramoto de 1 de Janeiro de 1980, tenham a sua conclusão e sem prejuízo da continuação do esforço em áreas muito significativas, de âmbito cultural e social, cujos programas terão o seu prosseguimento, inseridas na actividade normal dos departamentos do Governo Regional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O desenvolvimento que o Governo promove é económico, social, cultural e político.

Nele se inclui a afirmação externa dos Açores, que agora se redimem de séculos de apagamento. A situação hoje em dia alcançada dá bem a dimensão do nosso projecto.

Um dos vectores importantes desta afirmação açoriana é, sem dúvida, o contacto, cada vez mais estreito com as nossas comunidades de emigrantes - a décima ilha dos Açores. Tem-nos aberto, através destas comunidades, muitos caminhos importantes para a solução dos nossos problemas.

Não é fácil estreitar estes laços devido à enorme dispersão da diáspora açoriana, mas, mesmo cientes destas dificuldades, o esforço deverá prosseguir - para tornar os açorianos, onde quer que eles se encontrem, cada vez mais próximos e mais participantes na sua terra de origem.

Nesta caminhada de desenvolvimento, participam todos os açorianos. O nosso desenvolvimento é solidário. Por isso também, ele é um factor de unidade da nossa Região. Unidade que é, por seu turno, irreversível.

Foram ao longo destes anos, a partir da arrancada do funcionamento da Assembleia Regional e do Governo Regional, dados passos decisivos, históricos mesmo, para ultrapassar questões que duram há séculos. Mas hoje podemos afirmar que as barreiras da desconfiança foram deitadas

abaixo.

O que importa, é caminhar, sempre em frente, em união.

Muito obrigado.

(Palmas das bancadas do PSD e do Governo)

**Presidente:** Srs. Deputados, creio que terminou a apresentação do Programa do Governo. Eu perguntava ao Sr. Presidente do Governo Regional se a apresentação terminou efectivamente ou se vai haver apresentação sectorial.

(O Sr. Presidente do Governo indica que terminou a apresentação).

**Presidente:** De forma que os nossos trabalhos vão ser, então, interrompidos por meia hora, para que os Srs. Deputados possam preparar as perguntas de esclarecimento que entenderem fazer em relação a esta apresentação do Programa do Governo Regional.

Daqui a 30 minutos recomeçaremos a sessão.

(Eram 15.50 horas)

**Presidente:** Peço a atenção dos Srs. Deputados, chegou a nossa hora. De forma que os trabalhos estão reabertos.

(Eram 16.20 horas).

Vamos, então, recomeçar os trabalhos com os pedidos de esclarecimento, feitos pelos Srs. Deputados depois da apresentação do Programa do Governo pelo Sr. Presidente.

Eu perguntava ao Sr. Líder do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata se, da parte do seu partido, há pedidos de esclarecimento a fazer e lembrava-lhe que pode usar de 15 minutos para os mesmos.

**Deputado João Vasco Paiva (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Da parte do Partido Social Democrata não prevemos, de momento, nenhum pedido de esclarecimento ao Governo. Reservar-nos-emos para o debate.

**Presidente:** Então, da parte do Partido Socialista, pergunto também ao Sr. Líder parlamentar se estes nomes que aqui tenho são, efectivamente, aqueles que estão inscritos para fazerem perguntas de esclarecimento.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Exactamente, Sr. Presidente.

**Presidente:** Então, eu vou dar a palavra, sucessivamente, aos Srs. Deputados que aqui estão inscritos, pedindo que tenham em atenção que, globalmente, têm 15 minutos para estas perguntas.

De forma que tem, então, a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

**Deputado Carlos César (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo presentes:

A luta pela consolidação da Autonomia tem como escopo desse processo, já se disse, o reconhecimento da existência de uma colectividade homogénea, com substrato territorial, fundada

na identidade de interesses históricos, sociais, culturais e económicos.

O bairrismo é, assim, uma perigosa ameaça à unidade de interesses que representa o território autónomo e o regime constitucional que nos é aplicado.

Considerando que uma das últimas manifestações públicas de bairrismo mais exacerbado foi o processo de eleição do Presidente desta Assembleia, da responsabilidade do PSD;

Pergunto ao Presidente do Governo que garantias pode oferecer o Governo e o seu partido, uma e a mesma coisa, em matéria de objectivos fixados no Programa do Governo, tais como: o reforço da coesão entre as várias ilhas; ou, então, se reconhece que iniciamos esta III Legislatura, da parte do seu partido e da sua bancada parlamentar, da pior forma nesse respeito.

Em função de se considerar como praticamente concluída a tarefa de reconstrução, o Governo anunciou, e anuncia, a extinção do Gabinete de Apoio à Reconstrução.

Pergunto ao Sr. Presidente do Governo como se faz essa extinção, particularmente no que concerne ao destino dos seus meios e equipamento, e até da experiência e conhecimentos adquiridos pelos recursos humanos utilizados nesse serviço.

Pergunto-lhe se essa estrutura não seria de aproveitar para, em conjugação com outros serviços de eficiência precária, hoje integrados na Secretaria Regional do Equipamento Social, autonomizarem-se num organismo vocacionado para o fomento e o apoio à habitação.

No apoio à comunicação social, embora o seu discurso tenha sido omisso sobre essa matéria - é matéria dependente da Presidência do Governo, ao que julgo - dedica-se especial atenção, <sup>no Programa do Gov.</sup> a formação profissional dos jornalistas a qual, aliás, não tem decorrido por conta do Governo, mas por iniciativa das próprias empresas (como tem acontecido na Televisão, por exemplo).

Mas, mais do que a formação dos já profissionais da comunicação social, o Programa do Governo aponta, quase freneticamente, para a formação de novos jornalistas. Assim se entende a referência à sensibilização de estudantes para a profissão de jornalistas e, noutro passo, a promoção anual de cursos de jornalismo a administrar a alunos oriundos dos cursos das escolas secundárias.

Quero deduzir dessa intenção governamental que estamos perante um sector onde, com mais um pouco de especialização, se aguarda o preenchimento de uma diversidade de postos de trabalho.

Como não acredito nisso, e acho que o Programa do Governo está impregnado de intenções sem conteúdo útil - como é o caso - e distantes de uma realidade a que se devia reportar;

Pergunto, a V. Ex<sup>ã</sup>, quantos jornalistas faltam

nos Açores. Qual o número de jornalistas que faltam nos Açores? Quantos profissionais prevê o Sr. Presidente que a sua indústria de jornalistas, prevista no Programa de Governo, produza por ano; e quantos órgãos privados podem assumir mais obrigações salariais com o aumento de profissionais da comunicação social ao seu serviço?

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

**Deputado Carlos Mendonça (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Eu tenho algumas perguntas, distribuídas por dois dos títulos, ou capítulos, do Programa do Governo Regional: um refere-se aos "Serviços Periféricos"; o outro, às "Empresas Públicas".

Está o Governo Regional habilitado para, por exemplo:

a) Propôr ao Sr. Ministro da Justiça um protocolo de orientação funcional, no âmbito da Direcção Geral dos Registos e Notariado, que lhe permite, "FIXAR OBJECTIVOS E REGRAS DE FUNCIONAMENTO, DETERMINAR O VOLUME DOS EFFECTIVOS DE PESSOAL E ACOMPANHAR O DESENVOLVIMENTO DA RESPECTIVA ACTIVIDADE"?

b) Quais os objectivos a fixar?

c) Tem o Governo Regional em mente actuar nesta área específica, sem prévia audição dos respectivos trabalhadores neste campo?

d) Possui o Governo Regional técnicos qualificados em matéria de Registo e Notariado para que sejam tecnicamente válidas, correctas e consequentemente viabilizadas as suas intenções?

#### **Sector das Empresas Públicas**

Inserir o Governo Regional no seu Programa um título respeitante a Empresas Públicas Regionais.

Neste campo pergunto ao Governo o seguinte:

1 - Considerando os valores que balizam a economia Regional;

Considerando os serviços abrangentes das actuais Empresas Públicas Regionais e aqueles que, eventualmente, poderiam ser inseridos neste tipo de Empresas:

- Pensa o Governo que o quadro de Empresas Públicas é o ajustado para com a nossa vida pública Regional?

- Confirma-se que está já em embrião a formação da Empresa Pública Regional de Saneamento Básico?

2 - Quais as Empresas Públicas existentes que hoje já possuem "contratos-programas"?

3 - Pode o Governo Regional explicitar, o mais latamente possível, que actuação vai exercer, de facto e de direito para:

a) a coordenação efectiva do sector;

b) o regime de gestão e responsabilidade efectiva dos gestores;

c) o controlo financeiro das Empresas Públicas?

4 - Que critérios pensa o actual Governo definir no que respeita à nomeação dos futuros gestores das Empresas Públicas?

5 - Se a opção do Governo no que se prende com a nomeação de gestores for exclusivamente a "política" qual a que virá a ter no que se refere aos Delegados de Ilha das mesmas empresas?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

**Deputado Manuel Serpa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

As perguntas que formulo dizem respeito, exclusivamente, à Ilha do Pico.

Considerando que muitos agregados familiares esperam ansiosamente o dinheiro pela venda de gado à empresa Pró-Pico;

Considerando que o matadouro da respectiva empresa, sediada nas Lages do Pico, foi construído com o apoio do Governo Regional em detrimento dum falado, discutido e prometido Matadouro de Ilha, e sendo assim o Governo não se pode alhear de responsabilidades neste campo;

Pergunto:

1º - Qual a situação concreta da referida unidade em termos de viabilidade económica?

2º - Que perspectivas para a resolução imediata do problema do não pagamento aos lavradores?

Os lavradores picoenses sabem muito pouco do programa das arroteias para a sua ilha. Por isso gostaria de ser esclarecido nos seguintes pontos:

1 - Para quando o seu início efectivo?

2 - Há algum trabalho dos serviços geográficos e cadastrais no sentido da regularização dos terrenos a abranger não registados no nome dos seus actuais utentes?

3 - O emparcelamento necessário não será, naturalmente, feito a chicote. Que métodos se propõe o Governo para a compreensão, consciencialização e aceitação desta medida por parte dos lavradores?

4 - Que critérios presidiram à escolha das zonas a abranger?

É um facto assente que a experiência do cabo submarino Faial-Pico foi um falhanço total. O Pico ficou reduzido aos seus grupos geradores um dos quais, o melhor e o mais recente, está mais tempo avariado que a funcionar. Na sequência disto aparecem os cortes por zonas com os inconvenientes conhecidos. É estranho o facto. Pergunto:

Há responsabilidades de alguém? Que se passa afinal? Que solução?

A proximidade do Pico em relação ao Faial e o espírito de iniciativa de alguns dos seus industriais têm permitido um interessante afluxo de turistas. Os números não me deixam mentir. Só que não basta boa vontade e carolice. Torna-se imperioso a constituição de uma delegação

de turismo na ilha. Gostaria de perguntar ao Sr. Secretário dos Transportes e Turismo se a abertura de tão importante serviço está nos planos imediatos da sua Secretaria?

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Ivo Soares.

**Deputado Ivo Soares (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional dos Açores:

Ainda mais duas perguntas sobre aquela que continua a ser a eterna "ilha do futuro" - a Ilha do Pico - só para saber:

- Qual a política de Saúde para a Ilha do Pico? Três Centros de Saúde iguais? Três Centros de Saúde sendo um deles diferenciado (e que diferenciação)? Três Centros de Saúde e um Hospital?

- Quando vai ser feita a coordenação entre transportes aéreos e marítimos de e para o Pico? E quando é que os horários da SATA vão passar a servir os interesses das pessoas que vivem no Pico?

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No capítulo sobre a Cooperação Externa, propõe-se o Governo avançar na institucionalização, no âmbito da administração regional, da estrutura que se ocupa da cooperação externa! Sendo este o objectivo, como é que se explica que o que já foi Secretaria com Nunes Liberato se tenha transformado em Subsecretaria com Freitas da Silva?

Não será isto avançar, recuando? Pretende-se diminuir a função por causa do titular ou diminuir o titular por causa da função?

(Segunda questão) - A cooperação com o Hawaii vem referida por duas vezes num programa de três páginas sobre cooperação externa. Numa delas é mesmo sublinhada pelo qualificativo de muito positiva. Porquê tão positiva se o que desta cooperação se conheceu foi uma, então, muito propagandeada e televisada visita do Sr. Presidente do Governo? E que planos tem o Sr. Subsecretário da Cooperação Externa para dar sequência a tal cooperação tão positiva?

O Sr. Presidente falou na Reconstrução. Eu perguntar-lhe-ia:

- Com base em que critérios se propõe este Governo resolver a questão das taxas de juro dos empréstimos aos sinistrados do sismo de 80? Vai mantê-los inalterados? Ou, indefinidos?

(4ª pergunta) - Com que medidas se propõe este Governo concretizar o que dispõe o nº1 do artigo 63º do Estatuto da Região? Isto é: que "a realidade natural, económica e social

que cada ilha constitui, se reflecta progressivamente na organização administrativa do arquipélago"!!?

(Última pergunta) - O Sr. Presidente na sua apresentação afirmou que a reconstrução não diminuiu o ritmo do investimento público nas ilhas sinistradas. Devo concluir daí que os baixos níveis de investimento na Ilha Terceira respondem a um propósito deliberado do Governo?

Obrigado.

**Presidente:** Vou agora dar a palavra ao Sr. Deputado Manuel Goulart.

(Neste momento, o Sr. Deputado José Resendes substituiu, no lugar de Secretário da Mesa, o Sr. Deputado Manuel Goulart).

**Deputado Manuel Goulart (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

No programa do Governo preconiza-se "- dar apoio necessário ao desenvolvimento do desporto federado, proporcionando condições para a promoção do associativismo desportivo". E nós perguntamos:

Quais as formas desse apoio? Será que ele se vai dirigir prioritariamente para as equipas que participam nos campeonatos nacionais, ou para o apoio às equipas que militam nas provas do desporto federado regional de forma a se viabilizar o seu efectivo desenvolvimento?

Por outro lado, pergunta-se se nesse apoio está prevista a participação para a construção de sedes dos clubes federados que não as possuam com as condições mínimas para o pretendido desenvolvimento do desporto.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem agora a palavra a Srª Deputada Conceição Bettencourt.

**Deputada Conceição Bettencourt (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na parte que se refere a Transportes, e mais precisamente nas páginas 83 e 84, tem o Programa do Governo vários considerandos que me dispense de relatar por escassez de tempo mas, no que concerne, porém, aos transportes marítimos limita-se o Governo Regional a enunciar a platónica intenção de "acompanhamento da evolução do sistema de transportes marítimos"...

Por isso se pergunta:

Como, pelo mero acompanhamento, de fora e a ver a caravana passar, pode o Governo Regional desenvolver acções que permitam o acesso a um transporte económico, caracterizado pela regularidade e frequência adequadas? Por meio de negociações pontuais, sempre falíveis e por natureza instáveis e revogáveis?

Como, quando é o próprio Governo Regional que se auto-exclui da participação da Região na formação e gestão da empresa Transinsular?

Como, se essas negociações e eventuais diligências tão apregoadas pelo Governo Regional falharem

estrandosamente com a CTM quanto à frequência das ligações, qualidade do serviço, segurança, racionalização e arrumação da carga transportada de acordo com os toques nas linhas deste Arquipélago segundo um critério de economia e justiça?

Nos meios de transportes marítimos, prevê o Governo Regional a renovação de meios de transportes de carga e de passageiros inter-ilhas.

Pergunta-se:

- Essa renovação é independente da Transinsular que se limitará à ligação Continente/Ponta Delgada/Angra e Horta; ou seja, a distribuição da carga será efectuada por uma frota regional própria aumentando a deterioração e roubos da mesma e os custos de inter-insularidade como actualmente?

- Não prevê o Governo Regional o transporte marítimo misto de passageiros e carga inter-ilhas ou relega este problema ao tal acompanhamento da evolução do sistema de transportes marítimos de que será mero espectador e não interveniente?

#### Turismo

Declara solenemente o Governo Regional no seu programa que o desenvolvimento turístico dos Açores é uma opção sua e enumera atractivos naturais e actividades lúdicas e sociais capazes de captar a procura turística dos Açores.

Entende também o Governo que nos encontramos no momento crucial - e só agora - para abordar com determinação o incremento turístico na Região.

Entre os aspectos a ter em conta e segundo o Governo contam-se a diminuição da sazonalidade do fenómeno turístico, o ordenamento físico-turístico do território e a divulgação e a promoção das potencialidades turísticas dos Açores.

Quanto a este último aspecto, pergunta-se: tenciona o Governo modificar a política que desde há oito anos tem sido seguida de trazer os agentes turísticos, quer representantes de agências quer directores de revistas da especialidade, somente às ilhas grandes, mais ou menos nebulosas e húmidas, com cidades capitais dos ex-distritos?

2ª - Para a diminuição da sazonalidade turística e, pelo menos, no que respeita à oferta de Sol e vocação para a prática de desportos náuticos e observação submarina, continuarão as ilhas de Santa Maria e Graciosa - para citar só estas - esquecidas e preteridas sob o falso pretexto de que para se receberem agentes turísticos (como se viessem à uma e às centenas!) aquelas ilhas não dispõem de alojamento?

3ª - Quanto ao ordenamento físico-turístico do território - aspectos aliás porque temos sempre intervindo e insistido como factor prévio e essencial para uma definição de uma política de turismo - que estudos, que acções, que priori-

dade pensa e quer dar-lhe este Governo Regional?

4ª - Para quando os planos de urbanização - e nisto refiro-me agora só à minha ilha (os problemas noutras ilhas serão os mesmos) - dos lugares da Praia e S. Lourenço, Anjos e Maia, já há mais de um ano a cargo da Secretaria Regional do Equipamento Social, sem os quais o ordenamento físico-turístico da Ilha de Santa Maria é estéril?

É tudo.

**Presidente:** Bem, têm agora a palavra os Srs. Deputados do CDS. Lembro também aos Srs. Deputados que podem usar 15 minutos para fazerem as suas perguntas, e dou a palavra ao Sr. Deputado Ramos Dias.

**Deputado Ramos Dias (CDS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O facto da Ilha das Flores não se ter desenvolvido economicamente, em nosso parecer, deve-se à dificuldade de transportes, muito especialmente nas épocas de Inverno.

Assim, necessário foi pensar-se num **Porto Acostável**.

O Programa do Governo indica-nos, **mais uma vez**, que se vão iniciar as respectivas obras.

PERGUNTA-SE:

Sabe-se onde, **DEFINITIVAMENTE**, vai ser ele construído?

Sabe-se a data do início das obras?

Continuar-se-á a fazer estudos indefinidos para protelar uma decisão que já há anos se espera?

A Ilha das Flores debate-se com falta de energia eléctrica.

Como justificação dos responsáveis é alegado a falta de água.

PERGUNTA-SE:

Que medidas serão tomadas para terminar esta situação?

Ampliação da barragem hidroeléctrica?

Construção de uma barragem de apoio para reforço da existente?

No aspecto de saúde terá sido tomado em conta o facto de da Ilha das Flores a maioria dos doentes terem de se deslocar, para consulta a médicos especialistas noutras ilhas?

Perguntamos:

Terão sido consideradas as despesas daí resultantes?

Não seria possível deliciar que médicos de algumas especialidades se deslocassem às Flores periodicamente?

Não seria possível dar prioridade nas consultas e obtenção de meios auxiliares de diagnóstico, aos doentes que, por necessidade de saúde, tenham de se deslocar fora da sua ilha, como única forma de encurtar o período de ausência?

Os florentinos, tecnicamente, não vêem Televi-

são.

Só em condições atmosféricas ocasionais é possível ver-se, embora sem a certeza duma regularidade ou continuidade.

Foi prometida a instalação de uma antena retransmissora a instalar no sítio do "**Morro Alto**".

Para tal foi aberta uma estrada de acesso e feito lá chegar a energia eléctrica.

PERGUNTA-SE:

Para quando a instalação da prometida antena?

A exportação de gado bovino da Ilha das Flores é uma das grandes fontes de receita.

O criador de gado tem necessidade de fazer transportar os seus animais até ao cais para embarque.

Como não existe, embora já venha constando de planos de urbanização, um **Parque para Retenha de Gado**, o referido criador vê-se obrigado a ficar noites seguidas ao relento para não os abandonar nas ruas ou aumentar as despesas com o seu transporte de regresso às respectivas freguesias, muito especialmente nas épocas em que o navio tem que suspender o serviço de carga/descarga por más condições atmosféricas, durante vários dias.

PERGUNTA-SE:

Quando se prevê o início da obra de construção do referido Parque?

Apesar da política de **Stocks Mínimos** sabemos que os géneros alimentícios e combustíveis vêm faltando na Ilha das Flores.

PERGUNTA-SE:

Que pensa fazer o Governo, no domínio para alterar, de uma vez por todas, o actual estado de coisas que se torna insustentável?

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Muito se fala da defesa da família e da simpatia pela juventude, mas concretamente, como até aqui, pouco ou nada se fez neste domínio. As principais chagas sociais nem são referidas. Não seria altura de o Governo pensar em definir uma política de combate ao alcoolismo e à droga, por exemplo.

Como se defende a família se o Governo continua a assistir passivamente à permissividade sexual em locais e instalações públicas, como é o caso de algumas escolas?

Como vai o Governo compensar as famílias açorianas...

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Não se tenciona!

(Risos)

**O Orador:** Nunca se sabe... nunca se sabe.

(Risos)

**O Orador:** Como vai o Governo compensar as famílias açorianas, no âmbito dos Custos da Insularidade, pelo anormal crescimento do custo de vida, na Região?

Vai o Governo conceder uma actualização específica aos funcionários públicos da Região, pelo facto da inflação ter ultrapassado os 30%, cerca do dobro do aumento verificado nos últimos vencimentos?

Que apoio dá o Governo aos jovens delinquentes em matéria da prevenção e reintegração?

Este programa limita-se a propôr o "Estudo e a Reflexão" sobre as formas de organização territorial autárquica.

Será neste quadriénio que o Governo vai pôr em prática a figura do Delegado do Governo, que tanto se justifica em algumas ilhas?

Sendo a SATA e a EDA duas empresas públicas com gravíssimos problemas estruturais, como explica o Governo a não abordagem das mesmas no âmbito da política a seguir para as Empresas Públicas?

O Governo baseia toda a sua análise económica no pressuposto errado de que a inflação se situou a níveis inferiores ao restante território nacional.

Não sabe o Governo que os últimos dados sobre a inflação nos Açores a colocam em valores preocupantes e acima do resto do território nacional?

A Zona Franca de Santa Maria é novamente dada como um facto. O que é a Zona Franca de Santa Maria? E o que vai ser, nos próximos quatro anos?

O Governo propõe a criação de uma instituição financeira para a captação de capitais no exterior e aplicação de poupanças. Porque razão não foi viabilizada a Soc. Reg. de Investimentos proposta pela Câmara de Comércio dos Açores?

**Deputado Roberto Amaral (PS):** E por nós!

**O Orador:** No seu programa, para os Serviços Periféricos, o Governo dedica um pequeno período. Qual a razão para não se fazer referência à degradável situação em que se encontram as instalações de muitos serviços dependentes do Estado?

Num programa tão pretencioso, nem se refere uma palavra aos graves problemas de comunicações que, em matéria de telefones, são uma real calamidade. Que pensa o Governo fazer nesta matéria que muito tem a ver com a unidade regional?

Pensa o Governo preparar os seus serviços para, nas freguesias, esclarecerem os interessados das vantagens e inconvenientes da integração da Região na Comunidade Europeia?

Uma das mais graves situações que afectam as populações dos Açores é, não só a falta de água como, sobretudo, o facto da mesma se encontrar inquinada na maioria das vezes.

Qual a posição do Governo sobre esta magna

questão que põe em causa a saúde pública na Região?

Para quando a definição do ordenamento interior do Porto da Praia da Vitória? Qual a explicação para o facto deste investimento que teve honras de ser citado na apresentação do Sr. Presidente do Governo e nem mereceu uma simples linha no Programa do Governo?

Vai ou não o Governo encerrar o matadouro da Praia da Vitória e para quando o início da construção do novo matadouro?

O Governo mostra-se naturalmente preocupado com a situação de equilíbrio financeiro das empresas. Sendo o Governo o principal cliente da economia regional, pensa passar a satisfazer os seus pagamentos com a regularidade e oportunidade desejáveis? Se o Governo pagar o que deve, a tempo, muito contribuirá para o equilíbrio das empresas regionais.

**Presidente:** Pergunto ao Sr. Deputado do Partido Comunista Português se quer usar da palavra.

(Afirmativa, inaudível, do Sr. Deputado do PCP.)

**Presidente:** Então, tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

A ordenação regimental dos nossos trabalhos motiva que a minha primeira intervenção nesta Assembleia seja, na prática, para dirigir algumas perguntas e pedidos de esclarecimento ao Governo, a propósito da apresentação do seu programa. Procurarei fazê-lo de forma muito breve, colocando algumas questões a ponto solto, reservando para as minhas intervenções no debate a abordagem organizada desses e de outros temas.

No que toca à habitação, verifica-se que existe no programa um conjunto de medidas - até mesmo quantificadas.

Pergunto:

- Como serão concretizadas? Através dos departamentos governamentais existentes? Prevê-se a criação de outros organismos?

- A linha de crédito prevista é aberta por quem e como? Que critérios serão adoptados, no que toca a juros?

- Qual o papel reservado, em todo o processo, às autarquias locais?

No que toca ao sector das pescas, a propósito da reestruturação da frota de pesca industrial, prevêem-se auxílios financeiros ao aumento e modernização da frota.

Pergunto:

- Pensa o Governo estudar melhor os processos de concessão desses incentivos e apoios financeiros?

- Pensa o Governo privilegiar, na concessão desses apoios, cooperativas de pesca que se

venham a constituir?

Quanto à questão dos abastecimentos, constatando-se a insuficiência da intervenção da Região no processo de regularização dos abastecimentos essenciais a todas as ilhas, com as medidas adoptadas que, aliás, são semelhantes às agora previstas;

Pergunto:

- Por que não decide o Governo criar um instrumento público que possa, de facto, suprir às frequentes rupturas no abastecimento, em diversas ilhas da Região?

No que toca à agro-pecuária que é um sector essencial e ao qual penso dedicar no debate outra atenção, gostaria agora de deixar uma pergunta - aliás, já aqui colocada por outro deputado (em parte).

Muito se fala e pouco se explica a propósito do chamado "Projecto das Arroteias do Pico".

Pergunto:

- Em que fase está, para onde se caminha e qual a penetração e influência do capital estrangeiro neste projecto?

Todos vemos e muitos já sentimos os efeitos da situação calamitosa a que o Governo da República fez chegar a CTM.

Pergunto:

- Que tipo de nova intervenção pensa ter o Governo Regional no sentido de, uma vez por todas, se iniciar a resolução, firme, dos problemas dos transportes marítimos?

- Que pensa o Governo Regional da chamada "Transinsular"?

Sobre o sector da saúde, gostaria apenas de colocar uma breve pergunta.

O Hospital de Ponta Delgada é, no esquema de saúde da Região, essencial.

Pergunto:

- Que pensa o Governo fazer no sentido daquela unidade hospitalar poder continuar a cumprir a sua tarefa?

- Aponta-se para a construção de novos edifícios?

- Aponta-se para melhoramentos no actual?

A respeito da actividade seguradora, há uma referência que considero importante, no programa do Governo, mas agradecia um esclarecimento.

Quando se diz que a implantação do sector é aceitável, baseando-se, essencialmente, na actividade da Companhia de Seguros Açoriana; pretende-se reduzir a actividade seguradora na Região a essa companhia?

Gostaria também de deixar uma questão relativamente ao Gabinete de Apoio à Reconstrução.

Quais as fundamentações, concretas, que levam à extinção imediata do GAR, uma vez que há ainda obras em curso (e há!) e grandes verbas a utilizar ainda?

A respeito da política de trabalho diz-

-se que há que aperfeiçoar, modernizar e adaptar a legislação do trabalho à realidade social e laboral da Região, numa óptica de respeito pelos direitos fundamentais dos trabalhadores.

Pergunto:

- Tem o Governo presente a preservação da igualdade de direitos entre todos os trabalhadores portugueses?

- Tem o Governo presente a necessidade de preservar os direitos já adquiridos pelos trabalhadores?

Falou o Sr. Presidente na criatividade da juventude.

- Está o Governo disposto, em todas as medidas apontadas, em consentir que sejam os jovens a assumir, com a sua criatividade e o seu dinamismo, a direcção efectiva dessas acções e actividades?

Muito obrigado.

**Presidente:** Encerram-se aqui os pedidos de esclarecimento.

Eu pergunto ao Sr. Presidente do Governo se pretende também uma interrupção de 30 minutos, ou se entende que 20 minutos são suficientes?

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** São suficientes.

**Presidente:** Então, os trabalhos ficam suspensos por 20 minutos.

(Eram 16.53 horas)

**Presidente:** Srs. Deputados, pedia a vossa atenção, estão reabertos os trabalhos.

(Eram 17.35 horas)

Segue-se, agora, o período para as respostas do Governo Regional aos pedidos de esclarecimento formulados pelos Srs. Deputados.

De forma que tem a palavra, então, o Sr. Secretário das Finanças.

**Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Álvaro Dâmaso):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Pedi a palavra para responder às questões que foram colocadas, no âmbito do sector económico-financeiro que me está confiado.

E começarei por referir e dar resposta ao variado conjunto de questões que foram colocadas por também vários dos Srs. Deputados, das diversas bancadas, relativamente às empresas públicas.

Perguntava o Sr. Deputado Carlos Mendonça se o actual quadro das empresas públicas era suficiente, ou se nós fomos criar novas empresas públicas. Respondo-lhe, Sr. Deputado, muito simplesmente, de que ele é suficiente, em parte foi herdado, e que nós não vamos criar novas empresas públicas - e, assim, respondo também a duas outras questões que foram colocadas, quer pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro quer pelo Sr. Deputado do Partido Comunista Decq Mota, relativamente à criação de duas empresas públicas (uma, quanto a abastecimento de mercados e, outra, quanto ao saneamento básico).

O Governo Regional não tenciona criar nenhuma empresa pública, **mais nenhuma empresa pública** - e, nessas áreas também não. De resto, o sistema que o Governo Regional criou e pôs a funcionar, nesses dois domínios é, a nosso ver, suficiente para resolver progressivamente os problemas existentes nestas áreas.

Perguntava ainda, o Sr. Deputado Carlos Mendonça, que empresas públicas tenham contratos-programa. As empresas públicas que têm contratos-programa são duas: a SATA e a Empresa de Electricidade dos Açores.

As restantes empresas - uma é o Banco Comercial dos Açores, outra é a Companhia de Seguros Açoriana - regem-se por legislação especial, não vigorando, quanto a estas duas, a figura do contrato-programa. As restantes empresas públicas, como o Sr. Deputado Carlos Mendonça sabe, com a excepção da Fábrica de Tabaco Micaelense, são de criação muito recente - a Empresa dos Parques Industriais cuja criação é muito recente e que não justifica, portanto, ainda a existência de contratos-programa.

Ainda em relação a uma outra pergunta feita pelo Sr. Deputado Carlos Mendonça, quanto aos critérios que iriam ser seguidos para a escolha de gestores para as empresas públicas; respondo-lhe também, Sr. Deputado, muito directamente e de uma forma simples, dizendo que os critérios são os da capacidade e da confiança - para execução das orientações traçadas, a nível geral, e para execução dos próprios contratos-programa dessas mesmas empresas.

O Sr. Deputado do Partido Comunista fez-me uma pergunta sobre a actividade seguradora na Região, sublinhando ter gostado da referência feita, no Programa do Governo, a esta actividade. Perguntava o Sr. Deputado se nós iríamos ficar apenas com a Companhia de Seguros Açoriana, na Região e na actividade.

Não é isso que está escrito e julgo que o Sr. Deputado não retirou isso do texto do Programa do Governo. Nem isso está escrito, nem essa é a nossa intenção.

Nós queremos, efectivamente, manter o sector segurador como ele está estruturado neste momento, com as várias empresas públicas e privadas a funcionar. O que está dito aqui é que a Companhia de Seguros Açoriana cobre geograficamente o Arquipélago de forma satisfatória.

Entendemos que assim deve ser e não que ela se mantenha sozinha no mercado - até porque isso, do ponto de vista dos seguros, seria bastante mau por causa daquilo a que é habitual chamar-se "concentração do risco".

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro colocou uma questão sobre os Custos da Insularidade, perguntando se iríamos compensar as famílias açorianas dos Custos da Insularidade.

A nossa intenção e a nossa orientação, desde o início de funções dos órgãos de Governo Próprio da Região, não tem sido esta - como sabe o Sr. Deputado.

Os Custos da Insularidade têm sido aplicados em investimento público. Investimento público de que resulta, quanto a nós, o desenvolvimento. Investimento público que beneficia as populações.

Não vemos razão para estarmos com subsidialções permanentes às famílias, a este título. Vamos, portanto, continuar a nossa orientação, de que as compensações pelos Custos da Insularidade, que o Governo recebe, serão de aplicar em investimentos públicos, em infraestruturas sociais e económicas necessárias ao desenvolvimento.

Pergunta o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro ainda porque é que a Sociedade de Desenvolvimento Regional - e não, como referiu, Sociedade de Investimentos - proposta, ou preconizada, ou pensada, pela Câmara do Comércio não foi para a frente.

A Sociedade de Desenvolvimento Regional não foi para a frente, por uma razão que é da exclusiva responsabilidade da Câmara do Comércio. Isto é, a Câmara do Comércio não foi capaz de reunir um montante de capital suficiente e previsto na Lei, para que a empresa pudesse ser constituída. Esta foi a única razão.

A empresa que está prevista no Programa do Governo não é, propriamente, uma sociedade de desenvolvimento regional - que foi pensada na legislação nacional, para apoios às autarquias e para investimentos localizados em concelhos - mas, sim, uma sociedade de investimentos - que é uma sociedade com objectivos diferentes e uma sociedade capaz de mobilizar as próprias poupanças que existem hoje no sector bancário - para aplicação no investimento produtivo e para o apoio ao sector privado.

Nós já desenvolvemos negociações nesse sentido, com instituições de crédito estrangeiras, que nos permitem prever que essa sociedade possa ser criada e funcionar nos próximos quatro anos.

Ainda uma questão colocada pelo Deputado Alvarino Pinheiro, relativa aos alegados atrasos de pagamento das dívidas do Governo. Não é essa a informação que, neste momento, a Secretaria Regional das Finanças tem: designadamente de empresas do sector económico; designadamente de empresas de construção civil - que actuam na ilha onde o Sr. Deputado reside.

Essas empresas, com obras bastante vultuosas, têm feito - e a mim, pessoalmente - elogios à forma como a Contabilidade Pública tem procedido aos pagamentos. Dizem que essa forma é única, no todo do País.

Quando referi as empresas públicas esqueci, aqui, uma pergunta feita por um dos Srs. Deputados, que se referia ao não tratamento individuali-

zado das empresas SATA e EDA - o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Não vimos razão para que fosse dada, à SATA e à EDA, no conjunto das empresas públicas, um tratamento individualizado. Tratamo-las como as restantes empresas públicas.

Não foi esquecimento, nem omissão. Foi intenção deste programa tratar as empresas públicas no seu conjunto - e até encontrar uma política global para elas (como aí está referido no Programa do Governo).

Deixei para o fim uma questão também levantada pelo Deputado Alvarino Pinheiro, e que terei muito gosto em responder, porque coloca em dúvida uma afirmação que vem no programa do Governo. A afirmação em que se diz ser a inflação registada na Região inferior à registada no País.

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro diz que toda a parte económica do Programa do Governo assenta nessa asserção. Não é verdade.

Essa asserção é uma das componentes - é evidente - mas não é única. Tem outras, mesmo junto a ela, nesta própria frase. Há outras componentes, há outros vectores, que também justificam a política preconizada para os próximos quatro anos.

No entanto, e quanto à taxa de inflação, devo dizer ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro que em 1980 a taxa de inflação dos Açores foi de 19.9, enquanto que no Continente foi de 22.4 - portanto mais baixa nos Açores de 2.5. Em 1983 a taxa de inflação foi de 22.2 nos Açores e 25.5 no Continente - 3.3 abaixo, nos Açores, relativamente ao Continente.

A média de crescimento da taxa de inflação, entre 81 e 83, no Continente foi 23.9; nos Açores foi de 21.1. Entre 82 e 83, a taxa de crescimento da inflação no Continente foi de 25.5. Entre 82 e 83, a taxa de crescimento da inflação nos Açores foi de 22.2.

Por outro lado, quanto ao número que o Sr. Deputado referiu de 30% quanto à taxa de inflação deste ano, o Sr. Deputado foi lacónico porque quis ser ou porque quis tirar efeitos desse laconismo; porque esses 32.4 ou 5, como sabe o Sr. Deputado, é de Janeiro a Agosto, relativamente ao ano anterior. Isto não é a taxa da inflação.

Se medirmos a inflação, de Janeiro a Agosto deste ano, ela é de 18.06.

Muito obrigado Sr. Presidente, muito obrigado Srs. Deputados.

**Presidente:** Sr. Deputado Carlos Mendonça, pede a palavra para?

**Deputado Carlos Mendonça (PS):** Pedido de esclarecimento ao Sr. Secretário.

**Presidente:** Pedido de esclarecimento. Deve-se entender que o Sr. Deputado pretende ainda usar, para pedidos de esclarecimento, do tempo

de 15 minutos que não foi usado?

**Deputado Carlos Mendonça (PS):** Eu pretendo usar da palavra porquanto, das respostas que o Sr. Secretário Regional acabou de dar às minhas perguntas, há duas às quais não foi dada resposta; e para pedir um esclarecimento complementar em relação a outra resposta que o Sr. Secretário deu a outra pergunta que eu, anteriormente, havia formulado.

É nesse contexto que eu pretendo intervir neste momento.

**Presidente:** Bom, primeiro, nessa altura, temos que encontrar um enquadramento regimental para esta...

**Deputado Carlos Mendonça (PS):** É isso que compete à Mesa.

**Presidente:** Pois, evidentemente. Por isso, o entendimento da Mesa seria de que a resolução que estamos usando para este debate prevê, efectivamente, no seu artigo 164º-B, que haverá pedidos de esclarecimento dos deputados, grupos parlamentares e partidos, sendo de 15 minutos para cada grupo ou partido e que o Governo poderá responder por um período não superior a 1 hora.

De forma que por isso é que entendo que deve usar ainda dos 3 minutos que restam ao Partido Socialista para poder fazer pedidos de esclarecimento.

Faz favor, Sr. Deputado, tem a palavra.

**Deputado Carlos Mendonça (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu, efectivamente, nem necessitarei dos 3 minutos. No entanto, eu penso que a interpretação da Mesa não será a mais adequada para a prossecução dos nossos trabalhos porquanto, pelo menos na Mesa que presidiu aos trabalhos da anterior discussão do Programa do Governo, não foi esse o entendimento. Muito embora não exista nada que obrigue ou vincule que nova Mesa tenha o mesmo sentido de orientação, lembro ao Sr. Presidente e a toda a Mesa que o entendimento foi diferente.

Quando os Srs. Secretários responderam não foi contado o tempo das segundas ou terceiras intervenções que os Srs. Deputados, de qualquer partido, tiveram que fazer, em virtude da necessidade de posteriores esclarecimentos. Não foi contado nesse entendimento - no entanto é a Mesa quem decide. Quando muito restar-nos-á, ao Plenário, enfim, interpelar o recurso para a decisão da Mesa.

**Presidente:** Bem, oh Sr. Deputado, para já, o problema não se põe uma vez que não vai usar mais do que os 3 minutos. De forma que tem a palavra para fazer um pedido de esclarecimento.

**O Orador:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional das Finanças:

Agradeço-lhe as respostas que o Sr. Secretário deu às minhas perguntas. Lamento ter que forçá-

-lo de novo a usar da palavra, porquanto vejo que as suas condições de saúde não são as melhores.

**Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Álvaro Dâmaso):** São as suficientes para responder às suas perguntas, Sr. Deputado!

**O Orador:** Bem bom, fico mais tranquilo.

De qualquer forma, voltando ao tom de seriedade que penso que deve merecer esta nossa fase de trabalhos, eu relembro ao Sr. Secretário Regional que duas das cinco perguntas que deixei no âmbito do sector das empresas públicas não foram respondidas - não sei se por esquecimento, se por omissão.

Uma delas tem uma certa interligação com a que o Sr. Secretário, efectivamente, referiu quanto aos critérios que subjazem à nomeação dos gestores das empresas públicas. Eu devo dizer-lhe que, sob o ponto de vista objectivo, até concordo que os gestores das empresas públicas deverão ser nomeados, essencialmente, pela capacidade, mas também pela confiança. Sob o ponto de vista subjectivo, enfim, a minha posição já é diferente, tendo em atenção tudo o que se tem processado em matéria de nomeações de gestores de empresas públicas regionais, até hoje. Espero que para o futuro a minha análise possa ser diferente.

No entanto, a minha pergunta nº 5, sobre o sector das empresas públicas, era muito objectiva e muito concreta. Perguntava, efectivamente qual o critério que preside à nomeação dos delegados de ilha das empresas públicas.

Eu vou ser mais concreto e mais preciso. Qual o critério que tem sido seguido até este momento, para a nomeação dos delegados da EDA?

**Presidente:** Oh Sr. Deputado, desculpe, eu não quero coarctar a sua liberdade de expôr as ideias que entender sobre esse assunto. Parece-me é que a ocasião não é ideal.

O seu pedido de esclarecimento; pedia-lhe que fosse, efectivamente, um pedido que se limitava à formulação sintética da pergunta, porque senão trazemos o debate para a altura dos pedidos de esclarecimento. Quer dizer, subverte-se...

**O Orador:** Não pretendo, de modo nenhum, Sr. Presidente, subverter a ordem, nem o funcionamento do Plenário da Assembleia Regional.

**Presidente:** Ótimo.

**O Orador:** Nunca o fiz, ao longo dos 4 anos em que aqui estive,...

**Presidente:** Estamos entendidos.

**O Orador:** ...e tem um grande número de colegas reincidentes que podem testemunhá-lo, Sr. Presidente.

**Deputado Fernando Faria (PSD):** Reincidentes..., mas não no crime!

**O Orador:** Não estou a falar em reincidência em termos jurídicos, Sr. Deputado; porque, aí,

também sei qual é a aplicação que devo dar ao termo.

De qualquer forma, eu penso que talvez me alonguei um pouco mais e peço desculpa à Mesa; no entanto era precisamente para que ficasse muito claro o porquê - e, aí sim, explicitarei, Sr. Presidente - da minha quinta pergunta e o facto, sobretudo, de ela não ter sido respondida, Sr. Presidente.

Quanto à outra pergunta que não foi respondida no contexto das empresas públicas, eu tenho-a aqui escrita. É a nº 3. Vou voltar a lê-la, muito rapidamente. Eu dizia:

- Pode o Governo Regional explicitar, o mais latamente possível, que actuação vai exercer, de facto e de direito para:

a) a coordenação efectiva do sector;

b) o regime de gestão e responsabilização efectiva dos gestores;

c) o controlo financeiro das Empresas Públicas.

Muito obrigado e peço desculpa, Sr. Presidente.

**Presidente:** Pede a palavra o Sr. Secretário das Finanças - suponho que para responder a este pedido de esclarecimento.

**Secretário Regional das Finanças e Planeamento** (Alvaro Dâmaso): Precisamente, Sr. Presidente. Não tenciono acrescentar mais nada.

**Deputado Carlos Mendonça** (PS): Registo a resposta!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

**Secretário Regional das Finanças e Planeamento** (Alvaro Dâmaso): Obrigado, Sr. Presidente.

Quanto aos delegados de ilha das empresas, é evidente, Sr. Deputado Carlos Mendonça, que se trata de uma área da competência das próprias empresas públicas.

Os delegados de ilha das empresas não são nomeados pelo Governo. Não é o Governo que estabelece esses critérios.

Os critérios de nomeação são estabelecidos pelos conselhos de administração das empresas, ou conselhos de gestão. Eles têm autonomia suficiente para isso - e mal iriam se nem para isso tivessem autonomia.

E, de resto, Sr. Deputado, até o remeto para o próprio projecto de Programa de Governo que o Partido Socialista apresentou ao eleitorado - e que não conseguiu vencer com ele. Nesse projecto de programa, dizia-se que as empresas públicas deviam ter o máximo de autonomia possível - se as palavras não eram estas, eram muito parecidas.

Quanto à segunda questão, sobre como vamos conseguir o controlo financeiro, o regime de gestão e responsabilização dos efectivos gestores - que são medidas que vêm no Programa do Governo - é fácil.

Um dos métodos e um dos processos porque

vamos atingir isso é a celebração dos contratos-programa. Outro dos processos é a coordenação efectiva do sector.

- Como é que ela se consegue?

- Consegue-se, verificando, a cada momento, os objectivos que estão fixados no início do ano e o seu cumprimento. É assim que nós vamos conseguir.

- E como é que nós vamos responsabilizar os gestores das empresas públicas, para o cumprimento desses objectivos?

- É estabelecendo com eles um contrato inicial que visa, exactamente, o cumprimento desses objectivos ao final do ano. É assim que faremos.

E, de resto, não estou a dizer mais do que aquilo que dispõe a Lei Geral - o Estatuto das Empresas Públicas - neste País.

Muito obrigado.

**Presidente:** Pede a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro - suponho que também para um pedido de esclarecimento?

**Deputado Alvarino Pinheiro** (CDS): Exactamente.

**Presidente:** Tem a palavra.

**Deputado Alvarino Pinheiro** (CDS): Sr. Presidente, Srs. Secretários, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Secretários do Governo Regional:

Queria também agradecer, sinceramente, o desenvolvimento que o Sr. Secretário das Finanças deu, enfim, às perguntas formuladas.

Queria confirmar que, efectivamente, estou ciente dos números que apontou há pouco, relativamente ao índice de preços - à inflação.

O facto de ter citado os valores recentemente tornados públicos, é porque, na verdade, constitui um dado novo. E como o Programa do Governo se trata de um documento muito recente - foi-nos entregue domingo - e, realmente, parte de um pressuposto aparentemente seguro, enfim estrutural, eu queria dar o ênfase no aspecto conjuntural - que, efectivamente, neste momento, há fortíssimos receios de que se invertam as situações (as posições que, tradicionalmente, têm existido nessa matéria). Portanto, o fim do ano ajudar-nos-á a confirmar, ou não, isso.

Seja como fôr, era esse facto que eu queria relevar e, nessa matéria, relacioná-la com a política de distribuição de rendimentos. De facto o Sr. Secretário não precisou uma pergunta, relacionada com a questão da inflação, em que se citava a situação, por exemplo, do funcionalismo público.

**Presidente:** Sr. Deputado desculpe também interrompê-lo, mas também não estamos no debate. Pedia ao Sr. Deputado que formulasse sinteticamente a pergunta à qual necessita de esclarecimento.

**O Orador:** Estou formulando, exactamente neste momento.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, caso se venha a confirmar, a constatar, que

o índice de preços na Região se vai situar em valores superiores - ou muito superiores - ao nível nacional; e como no funcionalismo público o seu aumento é determinado - tem sido até agora - a nível nacional; pergunto se o Governo Regional está sensível para eventuais correcções, face aos futuros valores, que se venham a confirmar, da inflação.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

**Secretário Regional das Finanças e Planeamento** (Álvaro Dâmaso): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para responder à nova pergunta formulada pelo Deputado Alvarino Pinheiro.

Em primeiro lugar, para me congratular pelo facto de o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro ter reconhecido que a inflação é, tradicionalmente, mais baixa no nosso arquipélago; e, em segundo lugar, para lhe responder, também de forma muito objectiva e clara, à questão que me colocou: **não.**

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

**Secretário Regional dos Assuntos Sociais** (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação às questões que foram postas no âmbito da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, e começando por responder ao Sr. Deputado Ivo Soares, eu gostaria de dizer que a política de saúde para o Pico é a decorrente da política de saúde definida para o todo regional.

Nós tivemos a preocupação, bem clara, de dedicar a este tema - organização de serviços de saúde - uma parte específica do nosso programa, dentro do sector da saúde, que eu penso que posso ler, muito rapidamente, dizendo que:

"Durante o próximo quadriénio, assistir-se-á à consolidação dos centros de saúde como unidades prestadoras de cuidados primários, com base concelhia e terminais locais, privilegiando a prevenção e educação sanitárias, a resposta em termos de cuidados correntes, o médico da família, a equipa de saúde - a presença na comunidade.

A dispersão desejável de serviços e de respostas à acção continuada a nível de cuidados primários corresponde a indispensável concentração de meios, a actuação transitória e em situação de rotura, o alto nível de especialização, as técnicas terapêuticas mais diferenciadas dos hospitais. Tais estabelecimentos estão localizados em Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada..." Dizendo-se depois (mais abaixo):

"Para a consolidação do sistema, é indispensável também a clara noção da complementaridade e interdependência das áreas de cuidados primários e diferenciados, bem como a adopção dos seguintes pressupostos:" que depois se desenvolvem.

Portanto, em termos de política de saúde, a política de saúde definida para a Região, com base no centro de saúde concelhio e com base em três hospitais, em Angra do Heroísmo, na Horta e em Ponta Delgada, tem resposta no próprio Programa do Governo.

Eu devo dizer que, para melhor entender a sua pergunta, procurei a posição que o Partido Socialista pudesse ter adoptado no seu próprio programa eleitoral; e que não encontrei nenhuma referência a esquemas de organização de serviços de saúde na Região, nesse programa eleitoral.

Penso que, quanto à relação entre os três centros de saúde na Ilha do Pico, a inter-relação entre eles, se ela é desejável entre estabelecimentos de cuidados primários e cuidados diferenciados - portanto, entre os centros de saúde e os cuidados diferenciados - muito mais entre três centros de saúde, entre três centros de cuidados primários, dentro da mesma ilha; porque, efectivamente, não gostaríamos de vir a ter células perfeitamente definidas e independentes entre si.

Gostaríamos, sim, que houvesse uma cooperação, tanto quanto possível, próxima que levasse ao aproveitamento integral dos meios - que são bastantes neste momento - existentes na Ilha do Pico.

Quanto à pergunta formulada pelo Sr. Deputado do Centro Democrático Social pela Ilha das Flores, eu gostaria de dizer que, efectivamente, o que a Secretaria tem tentado fazer é enviar médicos especialistas às ilhas que não têm sede de hospitais, onde esses médicos especialistas desenvolvem a sua actividade.

No caso concreto da Ilha das Flores, nestes últimos meses estiveram na Ilha das Flores três médicos especialistas - um médico otorrinolaringologista, um cardiologista e um gastroenterologista e também um técnico optometrista. Esta ida dos especialistas à Ilha das Flores é bastante incentivada por nós. Depende também de um acordo existente entre a Secretaria Regional, entre a Administração de Saúde e cada um dos profissionais.

Portanto, sempre que esse acordo existe - e nós procuramos que ele exista na maior parte dos casos - há essa deslocação.

Quanto àqueles doentes que não podem deixar de se deslocar da Ilha das Flores - como muitos, que continuarão a existir, que não se podem deixar de deslocar da Região para o Continente ou, em menos casos (e espero que cada vez menos), para o estrangeiro - a tentativa tem também sido de encurtar, efectivamente, os períodos de ausência.

Na Região há, efectivamente, instruções para os hospitais, ou para os serviços públicos, para que seja tida em conta a proveniência do doente - mas, também devo confessar, nem tal medida seria necessária porque os próprios médicos

penso que têm manifestado (de forma geral) essa preocupação e têm essa preocupação.

Por outro lado, temos celebrado com o Ministério da Saúde um protocolo de cooperação entre os hospitais - que é desenvolvido entre cada um dos hospitais da Região e os hospitais centrais do Continente e que apenas merece a homologação da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais (porque penso que, nestas coisas, é preciso que cada um assuma as suas responsabilidades) - que prevê também uma interligação mútua entre os serviços de saúde regionais e de cada um dos serviços de saúde de cada um dos hospitais e serviços correspondentes no Continente.

Aproveitou já bastante desse protocolo o Hospital de Ponta Delgada, até este momento; de alguma forma o Hospital da Horta; e aguardamos que isso também venha a ser mais incentivado no Hospital de Angra do Heroísmo.

Quanto às questões relacionadas com a família, com alcoolismo, com a droga, com os jovens delinquentes, postas pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro - e na parte em que estas questões possam dizer respeito à Secretaria Regional dos Assuntos Sociais (porque isto são, realmente, questões que têm muito a ver com o modelo de sociedade e com aquilo que nós queremos que seja a terra onde vivemos) - eu gostaria de dizer que o alcoolismo representa, efectivamente neste momento, um dos problemas sociais desta Região. É talvez o principal contributo para situações de desequilíbrio económico-social; para não ir já para as situações que provoca a nível de consequências no estado de saúde dos alcoólicos; e, portanto, é uma questão que tem que merecer toda a nossa atenção e que tem merecido a atenção até este momento.

A atenção que tem merecido tem sido através da tentativa e realização prática, em alguns casos, de campanhas para a prevenção do alcoolismo - e chamando a atenção para a nocividade do álcool; a acção concreta, do dia a dia, das técnicas de serviço social, junto das famílias onde esse problema contribui para situações de desequilíbrio económico-social; em qualquer consulta externa - em qualquer consulta dada por qualquer médico ou em trabalhos de enfermagem.

Estou certo - e várias vezes o tenho presenciado - de que os profissionais de saúde, naquela fase (que há sempre) de educação sanitária, em qualquer acto médico ou qualquer acto de enfermagem, veiculam também essas informações em relação a quem possa estar dependente do álcool; e, por outro lado, as casas de saúde respondem também, neste âmbito, a nível de recuperação de alcoólicos.

Por outro lado, registamos com muito gosto - porque também pensamos que é essa a principal via - a formação de associações, nomeadamente

de alcoólicos recuperados ou de gente que se interessa por esta problemática, para elas próprias intervirem na sua comunidade, na sua sociedade - com o apoio, obviamente técnico e, nalguns casos, com certeza também financeiro, da administração regional.

Acabei, por exemplo, de receber hoje a proposta de estatuto de mais uma associação desse tipo, em Ponta Delgada.

Quanto aos jovens delinquentes e a sua integração, isso é uma tarefa que, legalmente, está reservada ao Ministério da Justiça; em que, portanto, não será uma área de natural intervenção do Governo Regional, nomeadamente da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, mas é do nosso conhecimento e têmo-lo incentivado - pelo que nos parece uma solução razoável - através do acordo do Ministério da Justiça com algumas instituições privadas de solidariedade social da Região - para receber jovens de grau de delinquência menor, aqui na Região.

Temos também insistido com o Ministério da Justiça para que aqui fosse criada uma instituição que melhor respondesse nessa área - porque teria vantagens claras para todos, em relação à deslocação de jovens para o Continente - mas, até este momento, não temos sido bem sucedidos nessas nossas diligências.

Quanto à família, bom, o Programa do Governo dedica-lhe uma atenção muito especial. Não seria preciso o Programa do Governo dedicar-lhe uma atenção muito especial; a prática destes últimos 8 anos tem mostrado que, para este Governo Regional - para o Governo Regional formado a partir do PSD - a família é uma estrutura básica; a família é, afinal, a instituição que distingue entre uma situação social saudável ou uma situação social doente. A grande diferença entre um idoso integrado e um idoso não integrado, numa comunidade, depende, afinal, da forma como ele está integrado na sua família.

Portanto, é a família que, afinal, representa toda esta possibilidade de se distinguir entre o equilíbrio e o desequilíbrio e, dentro de famílias equilibrados, nós temos os idosos integrados; e temos resposta às nossas crianças e jovens. Em famílias que não estejam com uma situação, dentro de si, saudável; aí sim, surgem os problemas com os idosos, com as crianças, com a própria família em si - os componentes: pai, mãe, etc..

Portanto, dando-lhe e reconhecendo-lhe este papel, de quase que pedra de toque da nossa comunidade açoriana, obviamente que a família é fundamental para nós.

Quanto à saúde, ao Hospital de Ponta Delgada, agradeço ao Sr. Deputado do Partido Comunista ter feito justiça de reconhecer que o Hospital de Ponta Delgada tem cumprido. Aliás, gostaria

de, mais uma vez aqui, afirmar que o Hospital de Ponta Delgada, apesar das instalações, extremamente carecidas que tem neste momento, é uma das boas unidades de saúde desta Região e é uma das boas unidades de saúde deste País - e isso pode medir-se pela qualidade de cuidados prestados aos utentes que é efectivamente boa.

Quanto às carências das suas instalações, pensámos que, num investimento deste tipo - o que representa hoje a construção de um novo hospital, numa região como a nossa e com cerca de 400 camas - que será qualquer coisa da ordem dos 4 ou 5 milhões de contos, é algo que tem que ser muito estudado, muito pensado.

Ao abrigo de um acordo de cooperação luso-sueca, nós fizemos o estudo da possível recuperação do actual edifício do Hospital de Ponta Delgada - para não deitarmos dinheiro à rua, por assim dizer - e esse trabalho tira, claramente, a conclusão de que não valerá a pena fazer obras profundas no Hospital de Ponta Delgada - pelo que o caminho que resta será, efectivamente, a construção de uma nova unidade; projecto que tentaremos articular com os inúmeros projectos que, neste momento, o Governo Regional tem em carteira e que serão discutidos aqui no próximo Plano a Médio Prazo.

Quanto a equipamentos para o Hospital de Ponta Delgada, que também é investimento; assim, temos feito um grande esforço que tem dado também os seus resultados.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

**Presidente:** Sr. Deputado Ivo Soares, pede a palavra. Eu lembro que, na interpretação da Mesa, têm, os Srs. Deputados do Partido Socialista, um minuto. De forma que pedia-lhe que formulasse o seu pedido de esclarecimento em termos sucintos.

**Deputado Ivo Soares (PS):** Tentarei não exceder esse tempo; e eu peço a palavra só porque, em alguns pontos, não me parece que fui bem esclarecido.

Eu gostaria que o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais concretizasse: se, realmente, os três centros de saúde, a criar no Pico - eu abstenho-me aqui de fazer qualquer comentário mais detalhado porque irei fazê-lo numa intervenção - não prevêem, em nenhum deles, qualquer diferenciação.

É que eu não compreendo que no quadro clínico dos actuais hospitais concelhios da Ilha do Pico, num deles exista um quadro com 5 vagas para 5 médicos - por acaso até no concelho que tem menos população - e nos outros dois hospitais concelhios, o quadro seja apenas de 3 médicos.

Portanto, eu, quando falo em diferenciação, posso especificá-la e perguntar-lhe se, por acaso, não está prevista a existência de um

cirurgião geral para a Ilha do Pico - em qualquer dos centros de saúde.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário dos Assuntos Sociais para o correspondente esclarecimento. Peço-lhe também que seja sucinto como manda o Regimento.

**Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Costa Neves):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu procurei ser sucinto na minha primeira intervenção, e daí, talvez, não ter sido suficientemente claro.

O Programa do Governo diz, claramente, que em cada concelho existirá um centro de saúde, um centro de cuidados primários. É isso que acontecerá na Ilha do Pico.

Quando o regulamento dos centros de saúde for publicado - o que nós esperamos que aconteça em breve - serão definidos os quadros para cada um deles, e serão definidos na base de um médico de clínica geral para 1.750 habitantes e, portanto, em função da população de cada um dos concelhos, assim estará encontrado o número de médicos, para esse concelho e fazendo parte do quadro desse concelho.

Continuaremos a fazer um esforço - que gostaríamos que chegasse agora ao Concelho das Lages - e que passa pela construção de novas instalações em S. Roque, na área das instalações.

Quanto à resposta à questão do cirurgião geral; é hoje, de forma geral, pacífico e entendido que as especialidades médicas da carreira hospital, aliás como o próprio nome indica, devem estar presentes nos hospitais, nas estruturas hospitalares - portanto nos hospitais de Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada.

Isto não impede que, a médio e longo prazo, se possa vir a considerar outras alternativas, em algumas ilhas da nossa Região de maior população - que não aquelas onde estão sediados os hospitais de Angra, Horta e Ponta Delgada - mas não há condições para esse efeito neste momento.

Isto porque, como sabe Sr. Deputado, a questão da cirurgia geral não é uma questão tão simples como dizer: vamos ter um cirurgião geral, nesta ou naquela ilha. É uma questão tão complicada como dizer: vamos ter um cirurgião geral; vamos ter um anestesista, ou anestesiologista, como quiser; vamos ter um técnico mais diferenciado de raio-X; vamos ter um laboratório de análises clínicas mais diferenciado; vamos ter formação de pessoal de enfermagem também mais diferenciado - e, em princípio, com especialidades de enfermagem.

Portanto, a esse nível, penso que, efectivamente, não o vamos ter; e penso que, realmente, também o Programa do Governo responde a essa questão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Pediu a palavra o Sr. Deputado Manuel Goulart. Ora, a interpretação da Mesa é de que, efectivamente, o Partido Socialista esgotou o seu tempo, disponível para pedidos de esclarecimento. De forma que eu, efectivamente, não posso dar a palavra ao Sr. Deputado Manuel Goulart.

Pede a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para?

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Para interperlar a Mesa.

**Presidente:** Sim senhor, tem a palavra.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para perguntar à Mesa se está a fazer, efectivamente, uma interpretação, da Resolução para a "Discussão do Programa do Governo", desligada do próprio Regimento.

Creio que, efectivamente, é isso o que está a acontecer com a interpretação da Mesa, porque, para o que se entende por pedidos de esclarecimento, não há qualquer limitação regimental para que eles possam ser formulados - desde que se façam dentro dos limites do Regimento. Aliás, isso parece-me condição, para que qualquer deputado possa, livremente, decidir, dentro dos limites do Regimento, se as respostas que recebeu foram satisfatórias ou não.

Portanto, julgo que a Mesa não está a fazer a interpretação mais correcta do Regimento - inclusivamente, está a fazer uma interpretação da Resolução, sem ter em conta o Regimento.

**Presidente:** A interpretação da Mesa, é no sentido de que esta Resolução veio criar tramitações especiais para este caso, especial também, que é a discussão do Programa do Governo Regional, e que marcou, num dos seus números - concretamente para os pedidos de esclarecimento - um período, para cada um dos grupos parlamentares e dos partidos aqui representados.

De forma que a Mesa entende que, esgotado esse tempo, não há que recorrer ao Regimento, na sua globalidade, porque, se assim fosse, esta Resolução teria, certamente, tido um número em que esclareceria que estes pedidos de esclarecimento podiam ir para além dos 15 minutos.

Aliás, a Resolução também depois marca, a seguir, um debate sobre esta matéria - onde também tem tempos marcados para esse fim.

Esta é, efectivamente, a interpretação da Mesa; mas, tem a palavra a sr<sup>a</sup> Deputada Conceição Bettencourt.

**Deputada Conceição Bettencourt (PS):** A proposta de resolução traz a limitação de 15 minutos para cada grupo parlamentar, para formular pedidos de esclarecimento - que se traduzem em perguntas.

**Presidente:** Desculpe, não percebi.

**A Oradora:** Pedidos de esclarecimento que

se traduzem em perguntas (não é verdade?).

Essas perguntas ou pedidos de esclarecimento não podem exceder 15 minutos. Isto é: não podem ser formuladas novas perguntas, sobre outros assuntos.

Obtidas as respostas dos Membros do Governo, essas respostas é que podem, ou não, ser satisfatórias.

Não pode um grupo parlamentar, que esgotou os 15 minutos, na formulação de pedidos específicos de esclarecimento, acrescentar novos temas. Pode é, e tem o direito de, ser mais bem esclarecido sobre as perguntas que formulou.

Não são novos pedidos - isso está esgotado - mas os pedidos de esclarecimento sobre esclarecimentos dados, que não satisfizeram, seguem a regra geral - é o meu entendimento, com toda a simpatia e respeito.

Na realidade, nós lemos os nossos pedidos de esclarecimento, esgotámos ou não esgotámos - que até não foram esgotados, no sentido de que foi entendido que o pedido de esclarecimento sobre <sup>esclarecimento</sup> estava a contar e agora é que esgotou.

Portanto, formulámos X perguntas; somos respondidos a essas X perguntas; não podemos acrescentar Y perguntas - isto é, perguntas diferentes; agora, é direito do Deputado e desta Assembleia ficar absolutamente esclarecida, sobre o pedido de esclarecimento individualizado que foi feito.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Melo Alves.

**Deputado Melo Alves (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Este assunto é de interesse, e de interesse que fique esclarecido desde já. Tem o Grupo Parlamentar do PSD uma opinião semelhante à da Mesa sobre este ponto.

Parece que a proposta de resolução aponta, claramente, para um período de apresentação e perguntas com tempos delimitados, havendo a seguir um debate - que é de três horas para cada grupo parlamentar, para o Governo, etc., como sabemos. Aqui, estamos, um pouco, a entrar quase já no período de debate.

**Deputados Dionísio de Sousa (PS) e Carlos Mendonça (PS):** Não estamos, Sr. Deputado!

**O Orador:** Reparemos que este mesmo artigo estabelece para o Governo um período determinado para responder e, assim, se se concede mais tempo aos partidos, do que os 15 minutos, obviamente também teria que se conceder mais tempo ao Governo para responder. É uma solução possível que põe todos em pé de igualdade.

**Deputada Conceição Bettencourt (PS):** Claro!

**O Orador:** Simplesmente, o que julgo é que vai talvez contra a filosofia da Resolução...

**Deputada Conceição Bettencourt (PS):** Não vai!

**O Orador:** ...que tem uma parte para apresentação de pedidos de esclarecimento e outra parte para o debate.

Estamos, talvez, a entrar um pouco já no debate.

Não digo que isso traga um problema difícil - qualquer complicação. O que tem que ficar claro, de qualquer maneira, é que as respostas que o Governo dê a estes pedidos de esclarecimento; se não contarmos os pedidos de esclarecimento nos 15 minutos, também as do Governo não podem ficar contadas no tempo que lhe está determinado.

**Deputada Conceição Bettencourt (PS):** Claro... claro! Quem está contra isso?!

**Presidente:** Sr<sup>a</sup> Deputada, devo entender como um pedido de esclarecimento, não verdadeiramente...?

**Deputada Conceição Bettencourt (PS):** Como um esclarecimento ao esclarecimento.

**Presidente:** Um esclarecimento ao esclarecimento. Tem a palavra o Sr. Deputado Melo Alves.

**Deputado Melo Alves (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Perante este novo "apport" da nossa colega Conceição Bettencourt; pois, eu continuo julgando que a melhor interpretação, para a Resolução, será esta para a qual nos inclinámos, porque a Resolução marca tempos.

Marca tempos para o início - para a apresentação; marca tempos para o debate; marca tempos para o encerramento, com o objectivo global de que a discussão do Programa do Governo não se eternize, não se prolongue demasiadamente.

Se, portanto, vamos entender que podemos, por um artifício, fazer prolongar cada um dos grandes tempos que estão marcados - o tempo da apresentação, o tempo do debate, o tempo do encerramento - alteramos, profundamente, o tempo global da Resolução.

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Apoiado!

**O Orador:** Assim, nesse sentido, Sr. Presidente, a opinião do Grupo Parlamentar do PSD é, inteiramente, concordante com a da Mesa e com este objectivo de que o global da Resolução seja respeitado.

Não vemos inconveniente, sim, em que, desde já, pois, os Srs. Deputados do PS - se entenderem - usem o tempo que lhes é concedido para o debate - mas, enfim, é apenas uma opinião em que a Mesa tomará a decisão.

**Presidente:** Tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Conceição Bettencourt, para fazer uma pergunta à Mesa.

**Deputada Conceição Bettencourt (PS):** Sr. Presidente da Mesa:

Eu só desejava saber qual seria a solução

a dar, como no caso do meu camarada Carlos Mendonça, se o Governo não responder às perguntas postas - a todas elas. Isto é: foram enumeradas X perguntas e são respondidas X-Z.

Dáí que, esgotado o tempo, nem se pode fazer esse reparo. Isto não é um esclarecimento sobre um esclarecimento do Governo - genérica ou ambigualmente respondido ou que demonstre um mau entendimento momentâneo da pergunta feita (uma má interpretação da pergunta). Isto até ainda vai mais longe - se a pergunta, em si mesma, não foi respondida.

Parece que isto é, absolutamente, contra natura porque **o regime de esclarecimentos às respostas dadas** - e a lei supletiva ou proposta de resolução não podia ser exaustiva - **é o próprio Regimento da Assembleia**, e estes pedidos de esclarecimento, as declarações proferidas por quem quer que seja, não são contados no uso da palavra dos Deputados - que foi utilizada durante 15 minutos para formular perguntas.

Foram dados esclarecimentos, ou lacunosos ou faltosos. Pergunta-se, então que utilidade prática tem a resposta do Governo e a nossa formulação de perguntas.

Ninguém contesta que, para a formulação das perguntas ou dos pedidos de esclarecimento, temos 15 minutos. Mas, se eles faltaram - esses esclarecimentos - simplesmente não foram sequer respondidos, ou se foram respondidos incompletamente, ou se, por má interpretação da intenção da pergunta, inclusivamente foi dada, involuntariamente - não estou aqui fazendo processo de intenções - uma resposta insatisfatória; a pergunta exigia uma resposta mais completa.

Esse pedido de esclarecimento não tem nada com a formulação inicial que se fez. Não acrescenta novos temas. Quer é ser respondida cabalmente - mais nada.

Para isso temos um Regimento que isenta de tempo esses pedidos de esclarecimento.

**Presidente:** Sr<sup>a</sup> Deputada, entendo que essa pergunta foi feita à Mesa. Pelo menos foi anunciada como feita à Mesa. De forma que a Mesa entende duas coisas:

- Primeiro entende que não há uma distinção nesta Resolução, que está em vigor e que estamos seguindo, entre perguntas e pedidos de esclarecimento. Fala-se só em pedidos de esclarecimento. Não <sup>são</sup> formuladas perguntas sobre cujas respostas, se não forem suficientemente claras, se possam fazer pedidos de esclarecimento.

- Entende, também, que o não poder ultrapassar o período que aqui foi estabelecido, de 15 minutos, não prejudica, no caso de uma eventual não resposta do Governo, que, quando se chegar ao debate, esses assuntos sejam retomados pelos Srs. Deputados que entendam que eles têm de ser, evidentemente, melhor esclarecidos, melhor

respondidos, melhor perguntados. Por isso também os debates, depois, se prolongam por um longo período que deve ser administrado pelos partidos - enfim, como entenderem e, evidentemente, incidindo as suas perguntas e as suas observações naquelas matérias que consideram que não ficaram esclarecidas nesta apresentação e nestes pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Faria.

**Deputado Fernando Faria (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que, na continuação da interpretação da Mesa e da tomada de posição deste Grupo Parlamentar - acabada de formular pelo Deputado Melo Alves - se pode dar uma de duas situações (aliás, penso que está implícito no que o Sr. Presidente acaba de dizer); porque no período de debate todos os esclarecimentos, todos os protestos, todos os contraprotostos, são contados no tempo que corresponde a cada grupo parlamentar, a cada partido, ao Governo.

No período em que agora estamos, penso que, por coerência e por lógica, devemos manter a mesma posição; senão eterniza-se. Nunca mais os Srs. Deputados ficam satisfeitos com as respostas ou o Governo pode não querer, pura e simplesmente, responder.

Daf os Srs. Deputados tiram as conclusões que quiserem mas - ninguém anda aqui de pistola atrás dos outros - não podem obrigar o Governo a responder, eternamente, a uma pergunta se não o deseja fazer. Por exemplo, um dos Srs. Deputados da bancada do Partido Socialista disse que formulava novo esclarecimento mas que até já tinha isso na intervenção que ia fazer logo ou amanhã.

Portanto, eu requeiro à Mesa que este assunto seja votado, para que saíamos daqui, mas dentro duma sequência que não prejudique o debate; porque, no debate, os Srs. Deputados têm 3 horas e têm muitas possibilidades de formular, de outra forma, as mesmas perguntas ou aquelas que sentirem que não foram suficientemente respondidas ou até novas perguntas - porque senão nunca mais temos um debate que, me parece a mim (e falo em nome deste Grupo Parlamentar), tenha um princípio, meio e fim.

Penso que o número de horas que aqui está destinado, para o mesmo debate, bastará para que fiquem definidas as posições - se é que já não estão definidas as mesmas posições - e, portanto, eu peço e requeiro à Mesa que ponha à votação a interpretação da Mesa.

**Presidente:** Pediu a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para?

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É uma questão muito breve.

Queria só referir que, realmente, foi pena que esse assunto não tivesse sido, previamente,

definido na nossa reunião - para que tivesse havido um bom entendimento de tudo isso - porque, na prática, chegamos a uma situação, julgo eu, muito anormal - que é o facto de o Partido Socialista ficar, até terminarem as respostas do Governo, sem um segundo para requerer, mais que não seja, um segundo esclarecimento.

Se a Mesa assim entender, e sem prejudicar o tempo global que está distribuído - e eu não queria fazer juízos sobre isso - por uma questão prática, a nós resta-nos 4 minutos e 30 segundos, nós podíamos ceder 2 ou 3 minutos, exactamente para esse fim - só para que um grupo parlamentar não ficasse sem a possibilidade de poder falar.

**Presidente:** A proposta do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro só pode ter seguimento se tiver, evidentemente, um enquadramento regimental - que eu creio que não existe. É uma pura...

(Risos)

**Presidente:** De forma que o Sr. Deputado Fernando Faria, percebo que faz um recurso para o Plenário da interpretação da Mesa.

Os recursos recaem aqui sobre o artigo 97º. De forma que, então, vamos, efectivamente, pô-lo à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a interpretação que a Mesa faz, de que o tempo dos 15 minutos abrange todos os pedidos de esclarecimento pelos partidos, façam o favor de se deixar estar como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se levantar.

A interpretação da Mesa fica aprovada por 28 votos a favor e 15 votos contra.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** É para uma declaração de voto.

Efectivamente o PS não concorda - não pode concordar - com a interpretação que prevaleceu nesta Câmara porque ela coarctada efectivamente, embora se tenha pretendido justificações e apresentado justificações várias, aquilo que o Regimento dá, efectivamente, ao deputado - que é o direito de falar nesta Câmara.

Eu se quiser protestar, por causa de uma resposta incompleta de um membro do Governo, não encontro qualquer fundamento no Regimento, nem na nossa Resolução, que me coarctate esse direito.

Encontrei sim na decisão da maioria - o que é, efectivamente, lamentável, para além de outras coisas lamentáveis que aqui têm ocorrido.

**Presidente:** Pede a palavra o Sr. Deputado Melo Alves para?

**Deputado Melo Alves (PSD):** Para uma declaração de voto.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Melo Alves.

**Deputado Melo Alves (PSD):** O Partido Social Democrata votou pela interpretação da Mesa por estar absolutamente convencido que é a única interpretação que está de acordo com esta parte do Regimento, pois ele, claramente, estabelece um período máximo de tempo para a discussão do Programa do Governo, dividido por 3 períodos - o período da apresentação; o período de debate; o período do encerramento.

Não podemos concordar com certas argumentações produzidas pela bancada do PS, designadamente no sentido de que podia não haver respostas do Governo ou serem pouco claras, dado que, em 15 minutos, para cada partido formular perguntas, certamente que nunca 1 hora dará para o Governo responder.

Certas perguntas terão, necessariamente, que não ser respondidas ou que ser respondidas com muita brevidade, de forma que certamente não satisfarão os deputados dos partidos que as formularam.

O Regimento está assim. É um período de apresentação para questões determinadas. O debate vem a seguir.

**Presidente:** O Sr. Deputado José Manuel Bettencourt tinha pedido a palavra para?

**Deputado José Manuel Bettencourt (PS):** Sr. Presidente, era para um requerimento à Mesa, se possível.

**Presidente:** Então, já lhe dou a palavra, mas queria primeiro saber se o Sr. Deputado Decq Mota pede a palavra para uma declaração de voto.

(Afirmativa do Sr. Deputado Decq Mota)

**Presidente:** Então, eu dou a palavra primeiro ao Sr. Deputado Decq Mota, para uma declaração de voto.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** A representação parlamentar do PCP votou a favor da interpretação da Mesa, por entender que toda a concepção desta Resolução permite, aos diversos grupos parlamentares e partidos, tempo para, digamos, colocarem as questões que entenderem dever colocar.

Entende também que este período inicial, de perguntas, deve ser referenciado à apresentação feita e, digamos, a uma primeira aproximação ao Programa.

Queria ainda deixar aqui bem claro que o que aqui se está a passar - intervenções de alguns dos Srs. Deputados, quer do PS quer do PSD - deixa-me uma ideia do trabalho parlamentar que não é a ideia que nós, PCP, temos.

Estamos aqui a discutir pequenas questões. Tenho ideia de que, na interpretação da Mesa, não foi afectado nenhum direito fundamental dos deputados. É um problema, de facto, de interpretação.

Tenho ideia de que alguns dos Srs. Deputados fazem demasiado gosto em ouvir-se a si próprios. Para mim, o trabalho parlamentar não é isso.

(Bancada do Governo: Apoiado, apoiado).

**Presidente:** Tem, então, a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt, para fazer um requerimento à Mesa.

**Deputado José Manuel Bettencourt (PS):** Sr. Presidente, era para - e no sentido da devida precisão, em termos do Diário das Sessões - requerer que a Mesa anunciasse o resultado da votação através das posições assumidas por cada partido neste Parlamento.

**Presidente:** Por cada partido - muito bem.

Foi aprovada com 25 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 12 votos contra do PS e 2 votos contra do CDS.

Vamos, então, retomar os nossos trabalhos, e eu vou dar a palavra ao Sr. Secretário Regional da Administração Pública.

**Secretário Regional da Administração Pública (António Meneses):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Uso da palavra, pela primeira vez nesta Assembleia, para responder a perguntas feitas pelos Srs. Deputados. O que irei fazer com muito gosto.

Em relação a uma questão levantada pelo Sr. Deputado Dionísio de Sousa sobre: qual a concretização, em termos administrativos, que a realidade ilha teria no Programa do Governo e no pensamento do Governo; eu responderei que o Governo Regional pensa que a realidade ilha é fundamental, em termos de organização e de funcionamento administrativo.

Já estão a funcionar, em todas as ilhas com mais de um concelho, os concelhos de ilha. Existem delegações de Secretarias Regionais em todas as ilhas da Região. As funções do Executivo, as funções administrativas, têm capacidade e têm meios para funcionarem a nível de ilha.

No entanto, o Governo não está satisfeito com a solução e com a forma como as delegações estão a funcionar e reconhece que, efectivamente, há aspectos a melhorar e é objectivo do Governo reformular, inclusivé talvez até repensar, o funcionamento das delegações das Secretarias Regionais a nível de ilha - aumentar-lhes competência - de forma a que, cada vez mais, os problemas locais sejam resolvidos a nível de ilha e que não tenham que ir às sedes das Secretarias - com todos os inconvenientes que têm, em termos de transportes e de correios.

Essa é uma preocupação deste Governo, que irá ser concretizada.

Em relação a questões levantadas e postas pelos Srs. Deputados Carlos Mendonça e Alvarino Pinheiro, que de algum modo estarão realcionadas com esta Secretaria, mas que se referem a serviços periféricos do Estado; direi que o Governo Regional não pode estar, nem pode ficar, indiferente

ao bom ou mau funcionamento dos serviços periféricos do Estado na Região.

A grande preocupação do Governo será de exigir ao Governo da República que cumpra as suas obrigações, em relação à Região, na forma como deverão funcionar os serviços periféricos do Estado - isto, em termos de instalações e em termos de pessoal e de outros meios.

É perfeitamente inaceitável - e direi, mesmo degradante em algumas circunstâncias - para a própria dignidade do Estado, o tipo de instalações que têm alguns dos serviços periféricos na Região.

O Governo Regional não se irá substituir às responsabilidades do Governo da República, mas fará tudo para que o Governo da República cumpra as suas obrigações na Região.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, para um pedido de esclarecimento. Peço-lhe que formule, efectivamente, de forma sucinta a sua pergunta.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS):** Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Eu queria só lembrar que, possivelmente por esquecimento, há uma pergunta sobre a figura do delegado de ilha, que julgo que compete ao seu sector, que não foi respondida.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Pública para responder a este pedido de esclarecimento.

**Secretário Regional da Administração Pública (António Meneses):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em relação ao Delegado do Governo de Ilha é, efectivamente, uma figura prevista no nosso Estatuto de Autonomia. No entanto, o preenchimento deste lugar e desta vaga dependerá concerteza de várias circunstâncias e das necessidades que essa figura, que foi prevista no Estatuto da Autonomia, tenha, em ser ou não preenchida.

Até agora, não têm sido providos os lugares de Delegado do Governo Regional porque haverá algumas dúvidas sobre a funcionalidade, sobre as atribuições e a sua articulação, com a do próprio funcionamento das delegações das Secretarias, das competências das Secretarias ao nível de cada ilha e do próprio funcionamento do Conselho de Ilha e das próprias autarquias.

Por consequência, é uma figura que está prevista no Estatuto e será preenchida, consoante se verificar a necessidade do seu preenchimento.

**Presidente:** Dou, então, a palavra ao Sr. Secretário Regional do Trabalho.

**Secretário Regional do Trabalho (Manuel Arruda):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Uso da palavra para responder ao Sr. Deputado José Decq Mota, na sua pergunta formulada sobre se a legislação de trabalho na Região contempla a igualdade de direito dos trabalhadores e a preservação dos direitos.

Dir-lhe-ei que, tal como já vem acontecendo, estes dois direitos sempre foram salvaguardados e continuarão a sê-lo. Aliás, poder-lhe-ei acrescentar que, no que se relaciona com uma lei, recentemente publicada, sobre o registo dos contratos a prazo, eu penso que isto virá defender, de sobremaneira, o direito dos trabalhadores. Obrigado.

**Presidente:** Dou, então, a palavra ao Sr. Subsecretário Regional da Integração Europeia e Cooperação Externa.

**Subsecretário Regional Adjunto para a Cooperação Externa e Integração Europeia (Freitas da Silva):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu pedi a palavra para responder a uma questão que foi aqui colocada pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro do Centro Democrático Social, e que se relaciona com a integração nas Comunidades Europeias e a política de informação sobre este tema.

Ora, na verdade, o Governo considera que o tema da integração de Portugal nas Comunidades Europeias é, por si só, suficientemente importante para justificar um conjunto de acções informativas, destinadas a esclarecer a opinião pública em geral e, muito em especial, os parceiros sociais e representantes das actividades económicas.

Com efeito, um conjunto de oportunidades e de perspectivas, que se hão-de abrir quando se verificar a integração nas Comunidades Europeias, vai tornar necessário um conjunto de actividades informativas, destinadas não só a esclarecer a iniciativa privada como também a possibilitar numerosas actuações de natureza governamental.

É assim que é intenção do Governo continuar a realizar um conjunto de actividades, como seja, por exemplo, colóquios e seminários de informação sobre temas, globais e sectoriais, relacionados com a integração europeia, e também, por outro lado, a continuação da promoção de estágios de funcionários da administração pública, junto das instituições comunitárias.

Igualmente, é nosso objectivo, o de se continuar a realizar contactos periódicos com os representantes dos parceiros sociais, destinados a informá-los atempadamente, como tem sido feito até agora, sobre o andamento e as negociações realizadas em Bruxelas para a Integração Europeia.

Sr. Presidente, muito obrigado.

**Presidente:** Dou a palavra ao Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo.

**Secretário Regional dos Transportes e Turismo (Tomás Duarte):** Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Vou fazer uma muito curta intervenção, em matéria de transportes, turismo e comunicações, e vou dar as respostas possíveis para quem mal acaba de entrar nestas lides.

Sr. Deputado Manuel Serpa, o Pico terá o seu apoio turístico, como ramificação orgânica da Secretaria de Transportes e Turismo.

Sr. Deputado Ivo Soares, a coordenação dos transportes aéreos, marítimos e, até no caso do Pico, os terrestres é e será feita, mas só agora com a entrada ao serviço da nova rede de infraestruturas se poderá aperfeiçoar. Os horários da SATA têm sido melhorados na medida do possível, mas, quanto a alterações de fundo, não se pode verificar-se oportunamente por méritos próprios da sua operação.

A Sr<sup>a</sup> Deputada D. Conceição Bettencourt iniciou a sua série de perguntas - aliás, quase todas dirigidas à área dos transportes e turismo (que foi um privilégio) - com uma referência ao acompanhamento dos transportes marítimos, designadamente no que respeita à criação da Transinsular. A responsabilidade, recai no Governo da República, e não compete ao Governo da Região interferir muito mais para além do que diligenciar o seu mais racional esquema de operação. Esta resposta aplica-se a perguntas congêneres de outros Srs. Deputados.

Quanto aos transportes internos, que não são exclusivamente um prolongamento dos externos, a sua melhoria fica-lhes na sequência.

A Sr<sup>a</sup> Deputada D. Conceição Bettencourt ainda abordou uma série de aspectos relacionados com a política do turismo. Espero na minha intervenção sectorial poder dar-lhe uma resposta mais satisfatória mas, desde já, posso antecipar que teria sido uma política errada promover, antecipadamente, ilhas, para o turismo, que não dispõem ainda do mínimo de equipamento necessário.

Um Sr. Deputado da bancada do CDS (peço desculpa de não ter ainda fixado o nome) abordou o problema do porto das Flores. Respondo que o local está escolhido, para o qual está a ser preparado um projecto que, se for executável, será posto, em devido tempo, a concurso.

Sobre comunicações, nomeadamente as telefónicas, foi feita uma intervenção - que nem tive tempo de apontar por quem (peço desculpa também).

(O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro faz sinal de ter sido ele o interrogante).

**O Orador:** Foi o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Respondendo, direi que tem sido feito, pelos CTT, nos últimos tempos, um esforço extraordinário com investimentos avultadíssimos, embora, na realidade, se verifiquem, no dia a dia, deficiências - muito especialmente nas ligações interilhas - pelo que o plano de investimentos, sabemos, vai continuar.

Tenho dito. Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

**Secretário Regional da Educação e Cultura**

(António Maria Mendes): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sr. Deputado Manuel Goulart, do Partido Socialista, pôs V. Ex<sup>a</sup> uma questão que, enfim, me parece à partida conter uma permissa não totalmente verdadeira, porquanto deixou pairar aqui a ideia de que o Governo tem apoiado, ao nível de desporto federado, as equipas de 3<sup>a</sup> divisão, abandonando completamente as outras. Isso não é certo, e sei que esse apoio tem sido dado.

**Deputado Manuel Goulart (PS):** Deve ter percebido mal a pergunta!

**O Orador:** Tem sido dado e continuará a ser dado, quer para as equipas de 3<sup>a</sup> divisão quer também para as outras regionais. Tem sido dado e é dado concerteza através de programa relacionado com o equipamento social, valorizando assim as iniciativas próprias de cada um destes clubes.

Por outro lado, pôs também aqui um problema, qual fosse o de participações para sedes de clubes. Ora bem, isso também tem acontecido. O Equipamento Social tem participado nesse problema das sedes, e creio que à Secretaria da Educação compete mais continuar a desenvolver aquilo que tem feito, que é o dar o apoio em termos materiais, em termos de cursos de apoio, em termos de apoio a dirigentes, a treinadores, a árbitros, porque, efectivamente, aí é que é a área específica da Secretaria da Educação - em que a Direcção Regional dos Desportos deve estar voltada para esse problema.

Portanto, garanto-lhe que o Governo continuará, nestes moldes, a dar estes apoios que têm recolhido, de facto, a aceitação e o louvor pela grande maioria das populações e das pessoas que, mais intimamente, estão ligadas a estes problemas.

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro do Centro Democrático Social preocupa-se - e creio que muito justamente - com o problema da permissividade sexual. Todavia, parece-me que pretende, exclusivamente, atirar para a área do Governo a..., enfim, este problema.

Ora bem, eu creio que, antes do mais, este é um problema de nós todos e, portanto, também seu e, consequentemente, aqui há que fazer um esforço conjunto. É um esforço...

(Risos)

**O Orador:** Não, não. Evidentemente que devia abrir um parêntese e, enfim, em tom de blague, pensar que V. Ex<sup>a</sup> quereria - e faço-lhe a justiça de não pensar isso (não é?) - que o Governo recorresse aos processos, modernos e actuais, de, enfim, de... obviar a estas..., a estas questões. Mas não.

(Risos)

**O Orador:** Isto foi só um à parte para animar um pouco aqui a Câmara - que, aliás, não tem estado desanimada, creio eu.

(Risos)

**O Orador:** Mas é um problema, efectivamente, social que diz respeito a todos e, fundamentalmente, diz respeito: primeiro à família; depois, às associações de pais e também aos professores - aos agentes de ensino.

Eu não posso aceitar que, efectivamente, pais, professores, agentes de ensino não estejam profundamente preocupados e que, impunemente, assistam a determinadas situações, sem se esforçarem por isso - e, portanto, faço-lhe um desafio, uma proposta.

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, que é um excelente amigo mas que é também um homem de sete officios - que está metido em miríades de associações e empreendimentos e é pai e não sei se neste momento já faz parte de alguma associação de pais, mas quando vier a fazer - pois, ao nível da Cidade da Vila da Praia, por hipótese, pode concerteza dar fogo à peça nesta matéria...

(Risos)

**O Orador:** ...e encontrará, da parte da Secretaria Regional todo o melhor apoio.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria.

**Secretário Regional do Comércio e Indústria (Costa Santos):** Obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Deputados, uma muito breve intervenção para responder, o mais sucintamente possível, aos assuntos que foram postos no âmbito da Secretaria de que sou, há muito pouco tempo, responsável e, forçosamente por isso, como já aqui foi dito por outro colega, membro do Governo, limitadamente dentro dos assuntos.

Há um assunto prévio que queria aqui deixar acentuado que diz respeito ao problema dos abastecimentos e à política que tem sido seguida pelo Governo - que já foi respondida no âmbito da constituição de mais empresas públicas. É de que, efectivamente, não é intenção deste Governo criar mais empresas públicas. É um sector que continuará a ser apoiado, através dos mecanismos já criados, mas que é do âmbito da iniciativa privada - como, aliás, é intenção desta Secretaria e deste Governo incentivar.

O Sr. Deputado Manuel Serpa pôs aqui um problema respeitante a uma avaria e à falta de energia na Ilha do Pico. Perguntou, quanto à avaria do grupo, a quem pertencia a responsabilidade e qual a solução do problema.

Existe, efectivamente, neste momento, uma avaria que se deu dentro do período de garantia do equipamento e estão sendo feitas todas as diligências para a resolução definitiva deste problema e, entretanto, procurada, através da Empresa de Electricidade dos Açores, a resolução temporária do problema, até à reparação final da avaria daquele grupo.

Falou também o Sr. Deputado no problema do

cabo submarino entre o Faial e o Pico - cabo esse que foi uma herança, que o Governo Regional teve, e em relação ao qual é intenção da Secretaria Regional do Comércio e Indústria promover um estudo, a fim de verificar se, efectivamente, será viável o seu reaproveitamento.

O Sr. Deputado Ramos Dias, das Flores, ainda no campo dos cortes de energia, põe um problema de falta de electricidade e das avarias verificadas nas Flores. Eu queria chamar a atenção do Sr. Deputado para o facto da energia eléctrica na Ilha das Flores ser da responsabilidade e do âmbito da Federação dos Municípios, que entendeu não se integrar na Empresa de Electricidade dos Açores. No entanto, quero informar o Sr. Deputado de que o Governo está na disposição de colaborar com a Federação dos Municípios, e ficará aguardando qualquer proposta da Federação nesse sentido.

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro pôs uma pergunta sobre a Zona Franca de Santa Maria - O que é? O que vai ser? A legislação que criou a Zona Franca de Santa Maria, atribuiu-lhe, portanto, actuações nos campos comerciais e industriais; definiu actuações; e a Empresa Regional dos Parques Industriais está, neste momento, a finalizar o projecto das infraestruturas que serão, entretanto, lançadas, depois de devidamente apreciadas. Logo que esteja definido o projecto da própria Zona Franca, será feita a sua promoção no exterior.

Muito obrigado.

**Presidente:** Sr. Deputado Alvarino Pinheiro pede a palavra para?

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS).** Sr. Presidente, Srs. Deputado:

Eu não queria gastar o meu modesto tempo com, digamos, lembranças ao Governo (não é?). É um bocadinho injusto.

**Presidente:** O Sr. Deputado só pode gastar o seu tempo com pedidos de esclarecimento - aliás, regimentalmente.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS):** Portanto, isto não seria gasto tempo agora.

Eu queria agradecer ao Sr. Secretário as respostas e queria lembrar que também fiz uma pergunta sobre a questão da rede de abate - do matadouro de Praia da Vitória.

(Indicação inaudível da bancada do Governo)

**O Orador:** Mudou de sector. Pronto. Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Equipamento Social.

**Secretário Regional do Equipamento Social (Germano Domingos):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu vou-me dirigir, especificamente, aos Srs. Deputados que fizeram perguntas no meu sector.

É com muito gosto que eu respondo à Sr<sup>a</sup> Deputada Dr<sup>a</sup> Conceição Bettencourt porque é uma deputada

que me merece um carinho especial, por se tratar das poucas presenças femininas nesta Sala.

(Aplausos da bancada do PS)

**O Orador:** Além disso, também me merece muito respeito pela luta que tem vindo travando pela sua ilha, desde há 8 anos a esta parte.

A resposta é simples porque eu, logo que entrei na Secretaria (por poucas horas), tive o cuidado de apreciar os pendentos das chamadas - mal chamadas, mal caluniadas - ilhas pequenas. Para mim, são todas grandes. No entanto, já lhe posso responder que os planos de urbanização estão a ser tratados neste momento. O que lhe prometo é que porei todo o meu empenhamento pessoal para que eles se concretizem rapidamente, e solicito à Sr<sup>a</sup> Deputada que, sempre que queira, para me ajudar nesse sentido, me telefone a perguntar pelo assunto, para ele não cair no esquecimento. Muito obrigado.

Isto não se pode pôr mais alto um tocadinho?

(Risos)

**O Orador:** Eu digo alto, não é na altura de som. É altura de..., de vareta.

(Risos)

**O Orador:** O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro conhece, com certeza, e sabe que já existe um plano de urbanização da cidade da Praia da Vitória. Ultimamente o Governo Regional aprovou a elaboração do plano de ordenamento interior do novo porto da Praia da Vitória. Com certeza que sabe perfeitamente - que é um homem que esteve muito ligado ao planeamento, e estará ainda - que tem que haver uma integração destes dois planos, para que a coisa saia bem e que, de futuro, não venham a assacar responsabilidades nem ao Governo, nem a ninguém.

Isso está a ser feito e terá o seu tempo, como deve calcular. Eu acho que aquele empreendimento é um empreendimento histórico nesta Região - que vai ser acompanhado com muito interesse pelo Governo e pela minha Secretaria em particular - de tal maneira que já marquei uma reunião para o dia 22 com o Conselho de Gestão do Porto.

Eu poderia alongar-me em considerandos de ordem técnica. Não o faço porque não temos tempo disponível para isso, mas em qualquer outra oportunidade gostaria de o fazer. No entanto, farei todo o possível também para que as coisas andem no melhor sentido.

Quanto ao esquecimento que disse o Sr. Deputado existir aqui no Programa do Governo, eu julgo tratar-se de um lapso. E para que não fiquem dúvidas - porque estou metido na defesa da Autonomia desde a Constituinte, passando pela Assembleia da República, na defesa do Estatuto e agora no Governo, como já estive anteriormente - gostaria que fosse muito salutar não trazermos para aqui qualquer problema que possa causar mau entendimento de ilha para ilha. Nós somos uma

Região. Cada vez mais temos, não só por palavras mas por actos, que demonstrar que assim é.

E eu julgo que é lapso porque a pessoa que fez aqui o Programa do Governo, que tratou deste assunto - que eu não estava cá na altura - tratou separadamente transportes marítimos e aéreos, e verifica-se que não há má fé porque, em "Transportes Marítimos", diz-se:

- "Conclusão das obras de infraestruturas portuárias já adjudicadas e em construção, bem como de estruturas de apoio"; (Julgo que aqui se insere o porto da Praia da Vitória, embora não esteja claramente explicado).

Nesses mesmos "Transportes Marítimos", fala-se em:

- "lançamento das obras do porto das Flores";

Na parte de "Transportes Aéreos":

- "continuação da construção da nova pista do aeroporto de Ponta Delgada..."; e

- "continuação das obras de adaptação da aerogare das Lages...".

Logo aqui parece-me que está explicado e justificado que não há aqui divisões de Terceira, nem de S. Miguel. Foi qualquer lapso da pessoa que redigiu o Programa ou que teve isto a seu cargo.

Falta ainda falar num assunto, que é o assunto da falta de água. É um assunto que preocupa grandemente a Região. Eu já me apercebi, nos poucos dias em que cá estou, que esse problema é muito difícil, não só devido aos elevados custos como devido aos projectos que têm que ser feitos, como sabe, com todo o cuidado e com as dificuldades numa rede já bastante envelhecida - temos aqui centros urbanos com redes que datam quase de há cem anos.

Tudo isso - tanto do saneamento básico como do abastecimento de água - preocupa-me seriamente. É do pelouro, como sabe, das autarquias. No entanto, entendo - e todos os Srs. Deputados entendem certamente - que as autarquias não têm meios humanos, nem financeiros para arcar com responsabilidades tamanhas, e deve caber ao Governo Regional dar todo o apoio possível - e é isso que eu vou propôr, se me fôr permitido a este III Governo Regional.

Muito obrigado.

**Presidente:** Pede a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, suponho que para um pedido de esclarecimento?

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS):** Exacto, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Quanto à última pergunta, Sr. Secretário, eu queria referir que, independentemente da

escassez da água - e quanto à escassez temos todos noção da complexidade dos projectos envolvidos - há também a questão relacionada - e era sobretudo essa que eu queria referir - com o facto da água estar imprópria para consumo, em muitas das zonas da Região. E é esse problema que, infelizmente, não se tem visto, da parte do Governo, dar-lhe o relevo devido, nem no sector da saúde - uma vez que isso está directamente relacionado com a saúde pública - nem no seu conjunto.

Portanto, eu gostaria de saber se, neste momento, o assunto está devidamente equacionado e quais são as acções concretas e em termos de calendário - se é que o problema tem resolução.

**Presidente:** Pede a palavra para, segundo percebo, esclarecer, o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais?

**Secretário Regional do Equipamento Social** (Germano Domingos): Um momento. Eu vi aqui o Sr. Secretário Costa Neves fazer sinal...

**Presidente:** O Sr. Secretário dá-me licença, eu dou a palavra ao Secretário Regional que a pedir. Simplesmente há uma duplicação de pedidos de palavra. Quem pediu primeiro a palavra foi o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

**Secretário Regional do Equipamento Social** (Germano Domingos): Faz favor, Sr. Secretário.

**Presidente:** De forma que tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

**Secretário Regional dos Assuntos Sociais** (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Muito obrigado.

Enfim, em relação à tentativa de alargar o âmbito de discussão, tida pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, eu gostaria de o informar de que, efectivamente, a água é um elemento importante, em termos de saúde pública, de que, efectivamente, a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, com a preocupação que tem tido em termos de controlo da sanidade da água, tem mandado elaborar as análises necessárias, ao abrigo de um protocolo de cooperação que tem com a Universidade dos Açores; e, em termos de resultados, tem informado desses resultados as Câmaras Municipais de toda a Região.

Portanto, penso que, enfim, tem cumprido aquilo que lhe é atribuído, como, aliás, o Governo, de forma geral, nesta matéria, e que o Sr. Deputado tentou envolver mais uma Secretaria Regional na questão, quando talvez devesse ter tentado circunstanciar mais a mesma.

**Presidente:** O Sr. Secretário Regional do Equipamento Social pede a palavra para?

Eu gostaria só de fazer um ponto da situação dos tempos:

- O Governo gastou 50 minutos do seu tempo;
- O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro dispõe ainda de 1 minuto.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Equipamento Social.

**Secretário Regional do Equipamento Social** (Germano Domingos): Só um segundo.

É para explicar, ou para tentar completar a explicação do Dr. Costa Neves, que evidentemente, a Secretaria da Saúde tem muito a ver com isso. Está a trabalhar nesse sentido, mas nós também temos medidas concretas para actuar, procurando novas fontes de abastecimento mais saudáveis do que aquelas que temos na Região, ou, então, tentando, pelo menos, atenuar com obras do âmbito da Secretaria do Equipamento Social.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro** (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Por um lado, fico muito satisfeito porque consegui envolver a Secretaria dos Assuntos Sociais, num problema tão magno como este (não é?).

Por outro lado, queria repisar a pergunta. Quer dizer, fico francamente insatisfeito e acho que todos nós gostaríamos de saber por quanto tempo mais vamos ter que ferver a água.

Julgo, portanto, que era indispensável que nós todos tivéssemos uma resposta concreta, ou pelo menos, enfim, perspectivas, de saída para um problema desses.

Julgo que não basta dizer às Câmaras Municipais que a água está inquinada; e as Câmaras fazem um modesto anúncio dizendo que a mesma está inquinada. Quer dizer, é preciso encarar o problema de fundo e dar uma perspectiva de resolução ao Povo dos Açores.

Acho que a resposta é, francamente, **insuficiente**.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas** (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação às perguntas que foram feitas, eis as respostas.

Um Sr. Deputado do Partido Socialista fez uma pergunta relacionada com a situação da Pró-Pico. Queria esclarecer que a Pró-Pico é uma empresa privada. Beneficiou de um empréstimo do Governo e, até ao momento, tem a sua situação regularizada em relação a essas matérias. Aliás, o período de pagamento da empresa, em relação ao empréstimo feito pelo Governo, nem sequer se iniciou.

O Governo tem conhecimento de atrasos de pagamento aos lavradores. Está atento a essa situação, mas isto não é uma situação distinta de restantes, ou outras, empresas na Região que também, por vezes, atravessam situações

desse tipo. Portanto, a situação clara é esta. Não há outro problema por detrás disto.

Em relação ao problema que pôs o Sr. Deputado, também do PS, em relação às arroteias do Pico - e eu aqui pedia ao Sr. Deputado Decq Mota, se não se importava, de responder-lhe ao mesmo tempo - terminadas que foram as complexas negociações, relacionadas com o empréstimo alemão - que, aliás, é um empréstimo autorizado pela Assembleia Regional e que comparticipa, em cerca de 2/3 do custo global do projecto - o projecto do Pico está, neste momento, na sua fase de arranque. Aliás, podemos até dizer que já arrançou, uma vez que já se encontram no Pico os primeiros equipamentos destinados ao mesmo.

Entrámos na fase, digamos, importantíssima do projecto que é a extensão relacionada com o mesmo, ou, portanto, da explicação do que se trata, como é que os empréstimos serão concedidos, etc., etc. - processo esse, aliás, que está na sua fase eminente de arranque.

Julgo que a pergunta do Sr. Deputado Decq Mota encerrava uma situação deste tipo - se não estou claro, pois, podia-me esclarecer. De facto o empréstimo alemão não encerra, de maneira alguma, nenhum controlo técnico por parte da entidade que emprestou o dinheiro à Região, em matéria de execução do projecto.

Quanto à questão também aqui relacionada com o problema do cadastro, é uma questão, de facto, importante. Estamos atentos a esse problema e estão a ser elaboradas vias legislativas, capazes de ultrapassar esse problema.

De qualquer maneira, eu queria tranquilizar o Sr. Deputado de que não há nenhum propósito de parcelamento por qualquer via coersiva. Pode ficar tranquilo nessa matéria - o senhor e os agricultores do Pico.

O Sr. Deputado da APU tinha feito uma outra pergunta relacionada com os incentivos à estruturação da frota pesqueira. Eles vão-se manter, aliás, porque tem sido obtidos excelentes resultados. Quanto às cooperativas, sim senhor. Também estão encaixadas neste âmbito.

O Sr. Deputado do CDS fazia a pergunta relacionada com o matadouro da Praia da Vitória. Há um projecto elaborado para esse matadouro. Entrou-se a seguir numa fase de discussão com entidades privadas, relacionadas com a hipótese de se virem a efectuar, também na Terceira, empresas mistas nesta matéria. O assunto não evoluiu depois disso e terá com certeza, muito brevemente, uma decisão da administração pública sobre essa matéria.

Sr. Deputado do CDS, das Flores, em relação a um eventual parque de retém de animais, isso é uma estrutura que está no pensamento da administração pública fazê-la em diversos portos da Região - relacionados com a saída do gado. É uma estrutura cara e, de facto, está dependente

também das obras relacionadas com o porto das Flores.

Sr. Presidente, Srs. deputados, muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Das perguntas que foram formuladas pelos Srs. Deputados, relacionadas com matérias que, directa ou indirectamente, são da área da competência da Presidência do Governo Regional, destaco, antes de mais, a que formulou o Sr. Deputado Dionísio de Sousa, à cerca das actividades relacionadas com a cooperação externa.

O Governo tem, nesta matéria, o maior empenho. Esta é uma acção que tem estado, desde o início, nas atribuições da Presidência do Governo. À frente dos serviços existentes - que importa dotar dos meios adequados, sobretudo importa recrutar pessoal qualificado para o desempenho destas funções - encontrou-se, até há pouco, um Secretário Adjunto da Presidência. Presentemente, Adjunto da Presidência também se encontra um Subsecretário, mas a colocação do departamento em si não varia, porque se trata, sempre, da própria Presidência do Governo - dos serviços da Presidência do Governo.

As nossas relações com o Hawai têm um conteúdo eminentemente sentimental, mas não se resumem a isto.

**Presidente:** Queria só dizer ao Sr. Presidente do Governo que falta um 1 minuto para esgotar o tempo do Governo.

**O Orador:** Procurarei, por isso, sintetizar.

Essas nossas relações com o Hawai não se esgotam apenas neste aspecto sentimental.

**Presidente:** Desculpe, Sr. Presidente, há aqui equívoco. Faltam 3 minutos para o Sr. terminar.

**O Orador:** Ah, isso dá-me um pouco mais de tempo para me alargar sobre o Hawai. Fica tão longe ainda por cima.

Não se esgotam em aspectos sentimentais - repito, pela terceira vez. Na realidade, a partir de 1978, verificou-se a presença regular de grupos turísticos havaianos que procuram vir ao encontro das suas raízes ancestrais. Outro tipo de cooperação, no domínio técnico ou outro, é, de facto, complicada mas julgo que haverá também iniciativas que podem ficar perfeitamente - e devem ficar - no campo privado.

Alguns desses emigrantes têm vindo a adquirir interesses nos Açores, nesta identificação progressiva com a sua terra de origem, e é natural que venha a surgir qualquer iniciativa do género de uma Associação de Amizade Açores/Hawai, correspondendo, aliás a iniciativas homólogas já existentes naquele arquipélago, que valorizem esta nossa relação, estabelecida por resolução da Assembleia, de arquipélagos irmãos.

E falemos um pouco da Reconstrução. Já o disse na minha intervenção - é tarefa que chega ao fim. Não se justificaria, portanto, manter as estruturas humanas e de serviços estabelecidas. Não se trata de atirar ao mar os meios, nomeadamente os equipamentos, adquiridos ao longo destes anos. Trata-se, sim, de os atribuir a outros serviços e, obviamente, toda a experiência acumulada também se procurará que seja devidamente utilizada, especialmente pelos serviços da Secretaria Regional do Equipamento Social.

Não pensa o Governo criar um organismo especial ou transformar o GAR num organismo vocacionado para a habitação. A habitação é, sem dúvida alguma, uma das prioridades do Governo Regional. O Governo pretende levar por diante o esforço que tem sido realizado no domínio da auto-construção, no domínio da recuperação da habitação degradada, onde tem tido uma intensíssima cooperação com as autarquias locais.

Nesta matéria, aliás como na do saneamento básico, há metas a atingir para as quais obviamente se procurará canalizar os recursos disponíveis, tendo sempre em conta que é impossível resolver um problema tão grave como este - qualquer desses dois que eu referi: a habitação e o saneamento básico - de um momento para o outro.

A TV nas Flores avança. Há uma questão prévia que é a instalação dos feixes hertzianos, na ligação S. Miguel/Terceira/Faial e, daí, para as Flores. Ela está a prosseguir. Na altura própria se instalará a antena, para a qual já neste momento existe o caminho aberto.

Sobre a preparação dos jornalistas, senti alguma preocupação da parte de um dos Srs. Deputados - uma preocupação que me pareceu de forte conteúdo corporativo. Parece que o Sr. Deputado está preocupado em garantir um exclusivo aos actuais profissionais da Comunicação Social, e não pretende que haja novos profissionais da Comunicação Social na Região.

O Governo Regional encara esta realidade, como todas as outras ligadas à juventude, numa outra perspectiva - bem mais larga. É preciso é aproveitar as nossas capacidades, as nossas vocações. Não está excluído, de resto, que haja jornalistas que, porventura, mudem de profissão e abram vagas na sua área.

O Governo não vai criar uma indústria jornalística - e muito menos uma indústria de formação de jornalistas - mas não nos faltam exemplos de açorianos que têm sido (e são) brilhantes jornalistas, na nossa Região ou, até, fora dela.

**Presidente:** Sr. Presidente do Governo Regional, está esgotado o tempo de intervenção do Governo.

**O Orador:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos entrar na parte do debate sobre o Programa do Governo, apresentado a esta Câmara.

Creio que todos os Srs. Deputados conhecem já as regras porque nos vamos reger. De forma que eu já tenho aqui algumas inscrições.

Pede a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para?

**Deputado Dionísio de Sousa (PS)** Para uma interpelação à Mesa sobre, exactamente, as regras que estão a ser um dos problemas com que nos estamos a deparar, infelizmente.

Se bem percebi, de uma conversa tida há pouco, a regra seria a da contagem integral, para qualquer tipo de intervenção que haja, dos partidos e do Governo, em relação ao número de horas que está expresso na Resolução - 3 horas para os partidos e outro tanto para o Governo, se não me engano.

Acontece que julgo que isso parte de um pressuposto errado. Aliás, parte de uma interpretação que é, claramente, contrária à interpretação que foi feita em 1980 - que eu tenho aqui e que, como praxe que foi seguida por esta Assembleia em 1980, alguma força deverá ter na própria lei (até porque esta praxe se seguiu à aprovação imediata desta lei).

Quanto à praxe, eu leio a parte mais resumida, que aí está, da explicação. Está no nº 3 do Diário desta Assembleia e diz:

"As intervenções propriamente ditas, a espinha dorsal do debate, as intervenções orais que se fazem habitualmente daqui desta tribuna, pois terão os tempos genéricos do Regimento estabelecidos para o debate na generalidade, segundo o processo legislativo comum. Vinte minutos máximos da primeira vez e quinze minutos da segunda vez. Repito sem prejuízo daquelas outras intervenções menores de carácter accidental, pedidos de explicações, protestos, contraprotostos e interpelações à Mesa, etc., as quais terão de ser contabilizadas e levadas a débito do tempo geral atribuído a cada Grupo Parlamentar ou Governo, ou Partido".

Acontece que o nosso trabalho parlamentar - a preparação do trabalho parlamentar para este debate - foi feito neste pressuposto, nesta interpretação e nesta praxe que, para nós, integra a própria lei.

Neste momento, está-se a recorrer a uma interpretação totalmente diferente, com prejuízo, exactamente, do mesmo partido.

Desejávamos saber - e a minha interpelação é neste sentido - em primeiro lugar, se a Mesa aceita ou não esta interpretação, que em 80 foi dada ao projecto de resolução, sobre a discussão do Programa do Governo.

**Presidente:** A Mesa já esclareceu a Câmara do que é que entendia, em relação aos tempos usados.

Entende, volto a dizer, de que a Resolução, que está aprovada e que está em execução, em

relação às regras do debate, não permite à Mesa interpretar de que as intervenções vão para além das três horas que aqui estão previstas para cada um dos grupos parlamentares, uma hora para os outros dois partidos e três horas para as intervenções do Governo Regional.

Essa matéria, aliás, já foi há pouco esclarecida pelas intervenções dos Srs. Deputados que entenderam fazê-las. Um dos Srs. Deputados entendeu recorrer para o Plenário e foi votado. De forma que creio que, enfim, a matéria, pelo menos pela minha parte, está esclarecida.

Sr. Deputado Dionísio de Sousa, pede também a palavra o Sr. Deputado Decq Mota. Foi simultâneo. De forma que eu pedia ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa que se, efectivamente, é na sequência desta questão, dava-lhe primeiro a palavra a si e depois dava a palavra ao Sr. Deputado Decq Mota.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente:

Eu suponho que o requerimento que foi votado há pouco nada tinha a ver com o debate. Tinha a ver sim com as perguntas, feitas por qualquer bancada, a propósito dos pedidos de esclarecimento.

Se eu bem percebi, foi isso que esta Assembleia decidiu - que essas perguntas teriam que caber dentro dos 15 minutos. Esta Assembleia não tomou mais nenhuma posição, em relação ao debate em si mesmo.

Portanto, eu quando tomei a palavra foi porque supunha que este problema estava em aberto. Mas, se não está em aberto, também eu faço aquilo que fiz há pouco - calo-me e sento-me.

**Presidente:** A Mesa aceita que o assunto está em aberto e, por isso mesmo, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Decq Mota.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Então, eu tinha mais alguma coisa a dizer, uma vez que está em aberto.

**Presidente:** Ah, então faz favor de dizer.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Eu desejava chamar a atenção para esse facto. É que se está partindo de uma interpretação errada do que seja o debate. O que seja o debate está, explicitamente, definido no nosso Regimento.

"Artigo 91º - (Uso da palavra para participar nos debates).

1. Para participar nos debates sobre a matéria da ordem do dia, quer na generalidade, quer na especialidade, cada deputado ou membro do Governo poderá usar da palavra duas vezes".

Entende-se, portanto, que intervenções no debate são as intervenções que se fazem da tribuna, dizendo-se mais adiante, como eu há pouco referi, que a primeira será de 20 minutos e a segunda de 15. Isto, exclusivamente, é que será o debate.

Portanto, as três horas para debate serão, exclusivamente, aquelas que serão abrangidas pelas intervenções - as duas possíveis intervenções para cada deputado - e isso também é uma outra limitação que se põe, que é regimental, e que, na outra interpretação, não estaria contida - na interpretação de que cada grupo parlamentar teria três horas e administraria esse tempo como muito bem entendesse, dando cinco intervenções a uma pessoa, zero intervenções a outra e por aí fora. Isso também me parece que é anti-regimental.

Portanto, o que eu solicito à Mesa é: se entende, ou não, que o debate, tal como o nosso Regimento o entende, é constituído, exclusivamente, pelas intervenções, escritas ou orais, feitas da tribuna - e apenas abrangidas pelo limite de que cada deputado poderá fazê-lo duas vezes. A primeira vez 20 minutos, da segunda 15 minutos.

O resto - pedidos de esclarecimento, protestos, reclamações, contraprotostos, etc. - não será incluído nessas três horas. A isso nos leva a interpretação, segundo o Regimento, do que seja, efectivamente, debate.

**Presidente:** A Mesa, uma vez que foi interpelada directamente, entende, aliás como já há pouco disse - quando se falou do outro assunto - de que as regras estabelecidas nesta Resolução, para este debate, são regras especiais e entende que as três horas atribuídas a cada um dos grupos parlamentares, ao Governo e a hora atribuída a cada um dos outros partidos incluem todas estas matérias - de esclarecimentos, de novos pedidos de esclarecimento, etc..

Dou a palavra ao Sr. Deputado Decq Mota.

**Deputado Decq Mota (PS):** Eu gostaria de tornar bem claro de que há pouco o entendimento que tive foi de que o que estava em discussão era apenas referente ao período de pedidos de esclarecimento ao Governo. Portanto, penso que não é legítimo uma interpretação extensiva, em relação a todo o restante tempo de discussão do Programa, da posição que foi há pouco assumida e votada aqui.

**Presidente:** A Mesa já aceitou essa interpretação.

**O Orador:** Sr. Presidente, se me dá licença, de qualquer forma, gostaria ainda de dizer o seguinte.

A interpretação que a Mesa está neste momento a fazer pode levar a uma situação deste tipo: imaginemos um sr. deputado que intervenha; imaginemos que uma bancada resolve fazer dúzias de pedidos de esclarecimento ou de perguntas a esse sr. deputado e que ele, para responder, gasta o tempo todo de que dispõe e, depois, não tem tempo de fazer uma segunda intervenção, que tenha prevista.

Eu estou a pensar no meu próprio caso, porque

em relação à hora que o meu partido dispõe tencio- no usá-la em duas intervenções. Mas, assim, qualquer das bancadas pode trabalhar no sentido de inviabilizar, e penso que isso não é correcto, nem justo.

Portanto, esta questão não é a mesma de há bocado. É outra.

**Presidente:** A Mesa já aceitou que, efectivamente, isto é outra discussão e que a outra votação não serve para esta.

O Sr. Deputado Melo Alves tem a palavra.

**Deputado Melo Alves (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu queria pedir um esclarecimento ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Eu percebi há pouco, quando ele leu a parte do Diário das Sessões de 80, que tinha dito que ficava o tempo das reclamações, protestos, etc., atribuído a débito do tempo de cada partido.

**Deputado Carlos César (PS):** Não, não. É o contrário.

**O Orador:** Se não tem presente para poder responder, eu leio o Diário.

"Repito sem prejuízo daquelas outras intervenções menores de carácter accidental, pedidos de explicações, respostas aos pedidos de explicação, protestos, contraprotostos, interpelações à Mesa, etc., **as quais terão de ser contabilizadas e levadas a débito do tempo geral atribuído a cada Grupo Parlamentar...**".

Portanto, há 4 anos foi exactamente, tomada a mesma posição pela Mesa que está a ser tomada hoje.

**Presidente:** Pede a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa, suponho que para responder ao pedido de esclarecimento que o Sr. Deputado Melo Alves faz.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Exactamente.

**Presidente:** Tem a palavra Sr. Deputado.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vou responder ao pedido de esclarecimento feito pelo Sr. Deputado Melo Alves e vou responder com a leitura que está linhas antes, e que esclarece melhor este aspecto, partindo precisamente da interpretação do nº 2 do artigo 81º - foi esse que eu li há pouco - que agora é o 91º.

"..., diz que cada deputado não poderá exceder 20 minutos na primeira intervenção, e 15 minutos numa segunda intervenção, sendo que os apresentadores, neste caso, o Programa do Governo, que será o Sr. Presidente do Governo Regional, terá direito a uma intervenção de 30 minutos e uma segunda também de 15 minutos. O que significa que com esta restrição, ou com esta disciplina, digamos individual dos tempos, será perfeitamente possível preencher os tempos globais. **Só que esses tempos globais**" (que são as 3, ou 1, horas

atribuídas aos partidos - e é aqui que está a parte que interessa) **"na medida em que excederem os tempos individuais terão que ser consumidos naqueles usos accidentais da palavra**, como acontece para pedidos de esclarecimento, para protestos, para, enfim, aquelas pequenas intervenções que são normais num debate, sobretudo num debate vivo".

Portanto, o que aqui está é que as 3 horas são consumidas naqueles usos accidentais de pedidos de esclarecimento. É o que aqui está.

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Exactamente!

**O Orador:** Estes tempos globais, na medida em que excederam os tempos individuais que terão que ser consumidos naqueles usos accidentais da palavra. É o que aqui está.

Os tempos globais contaram em 1980 as três para os usos accidentais de palavra, os protestos. Portanto, as duas intervenções a cada deputado não foram incluídas nesses tempos das 3 horas. É o que aqui está.

(Risos da bancada do Governo).

**O Orador:** Foi essa interpretação e foi essa a praxe seguida em 1980 e é a que consta das palavras acabadas de referir. Em relação a isto, não há qualquer dúvida.

Se, neste momento, a querem alterar, é perfeitamente possível porque não é a interpretação definitiva - mas foi uma interpretação que esta Assembleia seguiu em 80. Se a gente seguir outra agora julgo que é perfeitamente livre, mas deve fazê-lo com consciência de que está seguindo outra interpretação. É para isso que eu quero chamar a atenção - e, nessa outra interpretação, há quem sai prejudicado: são os partidos da oposição.

**Presidente:** Pede a palavra o Sr. Deputado Fernando Faria para?

**Deputado Fernando Faria (PSD):** Sr. Presidente, eu penso que estamos a cair no que há bocadinho se passou.

Quando justifiquei o meu recurso, liguei os dois assuntos e até lembrei que, no debate, cada um dos grupos parlamentares ou dos partidos, administrariam o seu tempo da forma que entendessem. Este entendimento, de facto como diz o Sr. Presidente - aliás, quanto à praxe, parece-me que há aí uma questão de créditos e débitos que é preciso talvez esclarecer (mas não agora) - não vai contra a praxe estabelecida.

De cada grupo parlamentar, o mais prejudicado de todos, porque <sup>tem</sup> 3 horas como o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, é o do PSD. Portanto, cada grupo parlamentar ou partido administra o seu tempo como muito bem entende.

Este é um regime especial. Daí a razão da resolução que estamos a seguir. Se é um regime especial, nada impede que um deputado do nosso

partido, por exemplo, faça uma intervenção de 30 minutos - porque é regime especial - e que outros não a façam, porque se fossemos todos a querer fazer intervenções, as 3 davam-nos - façam as contas - 3 minutos a cada um. Logo o Grupo Parlamentar mais prejudicado é este.

Quanto ao que põe o Sr. Deputado do PCP, pois é a administração do seu tempo - como nós vamos administrar o nosso - porque se alguém lhe quiser armar, digamos - e passe a expressão - a cilada de lhe bombardear com 20 perguntas, para o fazer responder 20 vezes, e retirar-lhe a possibilidade de uma segunda intervenção, o Sr. Deputado o que tem a dizer é: olha, eu não vou nisso porque a minha posição é esta e isso retirar-me-ia todo o tempo.

(Afirmção inaudível do Sr. Deputado Carlos César).

**O Orador:** Também serve para o Sr. Deputado Carlos César.

(Contestação inaudível do Sr. Deputado Carlos César).

**O Orador:** Pronto. Serve, para todos os Srs. Deputados. Também serve para nós.

O que me parece é que se é regime especial, vamos seguir isto com o rigor que esta resolução aqui tem. Penso que, quanto à posição da Mesa, já há bocadinho a nossa fundamentação ia nesse sentido. É certo que votámos só a parte do 166º, alínea b). Agora vamos à c), mas as coisas ligam-se.

A administração do tempo corresponde a cada um dos grupos parlamentares ou dos partidos. Protestos, contraprotestos, pedidos de esclarecimento, respostas; tudo isso deve, em nosso entender, ser contabilizado porque senão eternizávamos um debate - e penso que essa eternização não levaria a nada, a não ser a um cansaço e a um esgotamento e a um - sim, também posso usar a expressão - massacre que não interessa a ninguém.

Muito obrigado Sr. Presidente.

**Presidente:** Pede a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt. Tem a palavra.

**Deputado José Manuel Bettencourt (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente da Assembleia Regional dos Açores, como V. Exª muito bem sabe, as leis em democracia têm sempre uma interpretação não restritiva do teor e do conteúdo das mesmas.

(Risos da bancada do Governo).

**O Orador:** É óbvio que um parlamento com as características do nosso, que se insere nas regras das democracias ocidentais, rege-se por regras e rege-se também por praxes. E penso que a interpretação correcta para o sério tema que este parlamento vai iniciar em discussão - e digo sério porque um programa de governo tem a ver com as medidas que vão, directa ou

indirectamente, afectar a população dos Açores - não deveria ter a interpretação restrita, a interpretação à letra, que me parece que se está a querer dar - pela Mesa e pela bancada do PSD.

Penso que uma interpretação não restritiva do Regimento, mesmo na base de um processo especial, deveria respeitar integralmente os períodos definidos para as intervenções propriamente ditas dos deputados - em matéria de política global ou sectorial, existente e preconizada no programa - e que se deveria dar a elasticidade - que, aliás, não sendo só da praxe porque está também consagrada nos princípios gerais do Regimento - e a oportunidade dos pedidos de esclarecimento e de outras fórmulas regimentais de intervenção, não sendo contabilizadas no período rígido, definido para cada partido; porque senão poderemos sair daqui com a ideia - e o Povo dos Açores poderá retirar essa ideia - de que se pretende fazer uma discussão de um assunto sério, de um problema sério, a correr com a política da rolha (parafrazeando o que está muito em voga, numa telenovela brasileira), deixando os "entretanto" para passar, rapidamente, aos "finalmente".

Não é este o entendimento do Partido Socialista. Nós pensamos que há regras que têm que ser cumpridas. As regras em democracia não são de interpretação restritiva. As coisas têm que ser debatidas. As ideias têm que ser dispendidas. As opiniões têm que ser também veiculadas porque é essa a função do Parlamento.

É essa a função de um parlamento de um regime típico das democracias ocidentais, onde de facto as regras são para se cumprir mas não são para se restringir.

**Presidente:** Pede a palavra o Sr. Deputado Melo Alves. Tem a palavra.

**Deputado Melo Alves (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Dionísio de Sousa creio que terá feito um raciocínio não muito de acordo com o que está realmente no Diário das Sessões, nº 3, de 80. Pois, realmente, o que lá se diz é que com esta restrição - aquela dos 20 e 15 minutos - e com esta disciplina, digamos, individual dos tempos, será perfeitamente possível preencher os tempos globais; só que esses tempos globais, na medida em que excederem os tempos individuais, terão que ser consumidos naqueles usos acidentais da palavra - como acontece para pedidos de esclarecimento, para protestos, para, enfim, aquelas pequenas intervenções, etc., etc..

Isto está absolutamente certo como primeira explicação, primeira ideia. A ideia que: "Repito sem prejuízo daquelas outras intervenções menores de carácter acidental, pedidos de explicações... protestos... etc., as quais terão de ser contabi-

lizadas e levadas a débito do tempo geral atribuído a cada grupo parlamentar, ou Governo, ou Partido".

Portanto, a interpretação que foi dada então, à resolução, é exactamente a que estamos a dar hoje. A que foi seguida nessa altura é, exactamente, a que está a ser dada hoje. E mais, é exactamente a que está conforme com a doutrina e os princípios enformadores da própria resolução.

Pois, a gente avançando, adoptando a posição que o Partido Socialista, neste momento, está a defender iríamos prolongar o debate para além, possivelmente, por hipótese, dos três dias que estão no próprio Estatuto.

As regras em democracia não têm sempre interpretação restritiva ou ampliativa. Elas são regras e só têm interpretações desse género quando não sejam claras - e há toda uma teoria de interpretação da lei.

De maneira que, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Grupo Parlamentar do PSD acha que está inteiramente correcta a interpretação dada pela Mesa e que está inteiramente de acordo com o que foi seguido em 80.

**Presidente:** Pede a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para um pedido de esclarecimento. Tem a palavra.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Que esta interpretação não é a que foi seguida em 80 é, perfeitamente, comprovável pela seguinte consequência.

Com a interpretação que está a ser utilizada neste momento, qualquer deputado pode intervir as 3 horas - se quiser. Eu, se quiser, posso intervir as 3 horas. Ora, em 80 não foi seguida essa interpretação. Suponho que não é preciso voltar à leitura.

Cada deputado, em 80, pôde intervir duas vezes - uma com 20 minutos, outra com 15 minutos. Essa primeira consequência - e suponho que ninguém tem dúvidas sobre a interpretação da possibilidade de duas intervenções de cada deputado, a fazer da tribuna (uma de 20 ou de 15 minutos) - comprova que, efectivamente, foi assim, e ela está aqui repetida duas vezes.

Portanto, essa consequência, que se retiraria da interpretação actual, é que qualquer deputado pode intervir o tempo que quiser, dentro das 3 horas ou dentro da uma hora.

Esta parte, só por si, mostra que não foi esta a interpretação seguida em 80, porque, em 80, cada deputado só pôde intervir 20 minutos da primeira vez e 15 minutos da segunda.

É impossível - a não ser que se queira riscar as palavras que ali estão - dar outra interpretação ao que ali está - duas intervenções para cada deputado, segundo o processo legislativo comum, sendo de 20 minutos máximos da primeira

vez e 15 minutos da segunda vez e, inclusivamente, se comparou com as intervenções dos membros do Governo. Eu volto a ler:

"O Nº 2 do referido artigo 81º, diz que cada deputado não poderá exceder 20 minutos da primeira intervenção e 15 minutos numa segunda intervenção...".

Ora, esta consequência não será seguida, seguindo a interpretação feita. Portanto, isso mostra que a interpretação que está a querer dar o PSD - e que a Mesa deu - é contrária à de 80.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Melo Alves.

**Deputado Melo Alves (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O que aqui estava a ser discutido era o problema da contabilização, ou não, dos tempos utilizados, em protestos, contraprotostos, etc..

Um outro aspecto, é o que o Sr. Deputado Dionísio de Sousa refere agora, e esse aspecto não estava em discussão. Isso é real - que está aqui dito 20 minutos, 15 minutos (portanto, remissão para o processo legislativo comum, quanto ao tempo a utilizar por cada deputado ou membro do Governo) - mas, simplesmente, não era esse assunto que estava em causa.

**Presidente:** Pede a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa. Faz favor.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Era também esse, e nós temos que sair daqui sabendo quantas vezes podemos intervir.

Era também esse assunto e, portanto, nesse aspecto, a interpretação actual foge à outra - como foge na interpretação dos tempos.

Eu, realmente, não queria prolongar mais esse assunto, mas temos que saber quais são as regras com que vamos funcionar.

**Presidente:** Se é uma pergunta feita à Mesa, eu posso, efectivamente, esclarecer o entendimento da Mesa.

Eu entendo que cada um dos grupos parlamentares tem 3 horas para administrar, e os Srs. Deputados podem usar desse tempo para fazerem as intervenções com o tempo que entenderem. Isto é um regime especial.

Não ficam presos pelos 20 minutos. Podem intervir duas vezes - 20 minutos de cada vez, 10 minutos de cada vez - ou, se o Grupo Parlamentar entender que só um dos Srs. Deputados é que deve fazer uma intervenção e ela durar 3 horas, não vejo que haja nada nestas regras especiais que impeça uma interpretação dessas.

Isto é a interpretação que a Mesa faz, mas é isso precisamente que se está discutindo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Faria.

**Deputado Fernando Faria (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD perfilha, inteira-

mente, da posição assumida pela Presidência da Assembleia e, portanto, requer que se encerre este debate porque está esclarecido. As regras estão claras.

São 3 horas para cada grupo parlamentar, 1 hora para cada partido não constituído em grupo e, portanto, cada grupo ou partido não constituído em grupo administrará o seu tempo conforme muito bem entender.

Portanto, pedia ao Sr. Presidente que encerrassemos este debate e passássemos ao debate do Programa do Governo, com a sua interpretação, que é perfilhada por nós.

Muito obrigado.

**Presidente:** Bem, mas eu suponho que uma vez que um dos Srs. Deputados, enfim, põe este problema, rigorosamente e tal como fizemos há pouco, ele deve ser votado. Não vejo que possamos fugir também desta interpretação.

De forma que eu vou pôr à votação, tal como pús há pouco, que os Srs. Deputados que concordam com a interpretação que foi feita pela Mesa - de que o período de 3 horas, que está nesta Resolução, abrange todas as intervenções dos Srs. Deputados de cada um dos grupos parlamentares, e 1 hora para os Srs. Deputados dos outros dois partidos e 3 horas para o Governo - façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se pôr em pé.

**Secretário:** A proposta foi votada favoravelmente, com 25 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS, 9 votos contra do PS e 1 contra do PCP.

**Presidente:** Pede a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, para?

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS):** Para uma declaração de voto, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado, para uma declaração de voto.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS):** É que nós, de facto, concordamos com a interpretação da Mesa, nesta matéria.

Na votação anterior, nós votámos com a proposta do Partido Socialista - portanto, quanto ao período referente aos pedidos de esclarecimento - porque o PS se encontrava perante um facto consumado, e daí resultava que ele não tinha mais qualquer tempo para utilizar - o que não nos parecia correcto.

Dá que, efectivamente, a nossa votação, neste momento, tenha sido diferente da anterior.

**Presidente:** Pede a palavra o Sr. Deputado Decq Mota, para uma declaração de voto - suponho?

**Deputado Decq Mota (PCP):** Para uma declaração de voto.

**Presidente:** Tem a palavra, se faz favor.

**Deputado Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu queria só, uma vez mais, frisar que considero as duas situações bastante diferentes.

Queria salientar que, neste problema do debate, efectivamente, esta interpretação restritiva pode prejudicar o debate. É evidente que este debate tem sempre um limite máximo, que é os três dias - e esse não pode ser excedido em nenhuma circunstância.

E, queria também afirmar que penso que esta Assembleia tem a obrigação de, em ocasiões futuras, procurar fazer uma articulação melhor, entre este processo especial de discussão e o processo legislativo comum - porque dá-me ideia de que essa articulação não está feita.

Muito obrigado.

**Presidente:** Pede a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa, para?

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para dizer apenas o seguinte - em declaração de voto.

Acaba de morrer um regimento; viva o novo Regimento!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Melo Alves, também para uma declaração de voto.

**Deputado Melo Alves (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Além dos argumentos que já apresentámos a favor da nossa votação, acrescento o que consta do regime especial de discussão do Plano, em que aponta, como regras supletivas, a do processo legislativo comum - excepto se o Plenário outra coisa tiver deliberado.

Pois, neste caso, o Plenário outra coisa deliberou.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Ah, decidi outra coisa!

**Deputado José Manuel Bettencourt (PS):** É conforme a conveniência!

**Presidente:** Portanto, está encerrado, então, este debate. Vamos, realmente, abrir, então o debate sobre o Programa do Governo Regional.

Como eu estava explicando, a Mesa já recebeu inscrições - o que, efectivamente, não significa que estejam fechadas - do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e do Sr. Deputado do PCP. De forma que as inscrições, evidentemente, continuam abertas.

Eu pedia, só para facilitar o cumprimento do nº 4 do artigo 164º-C, que, efectivamente quando fosse possível aos Srs. Presidentes dos grupos parlamentares e ao Sr. Presidente do Governo, fossem indicando as pessoas que querem fazer intervenções, para a Mesa poder ordenar essas intervenções - de forma a que, dentro da medida do possível, não haja mais de dois

oradores seguidos de cada partido ou do Governo Regional.

Eu vou dar a palavra, para abrir estes debates, ao Sr. Deputado Jorge Cabral - que se quiser utilizar a tribuna, tem, evidentemente, a mesma à sua disposição.

Desculpe, pede a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para?

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** É para interpellar a Mesa.

**Presidente:** Faz favor.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Efectivamente nós sabemos já com que regras funcionamos e, por isso, eu quero perguntar à Mesa que critério é que foi seguido pela Mesa para atribuir a palavra a um deputado da maioria.

**Presidente:** Porque as inscrições, que aqui tenho presentemente, têm um número muito maior de deputados do PSD.

Tem, então, a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Não podia deixar de enviar - nesta minha primeira intervenção e na abertura dos debates sobre o Programa do Governo, na Assembleia Regional dos Açores - uma saudação, muito especial, ao Povo desta Região - aqui e agora, legitimamente representado por todos os deputados que integram o Órgão Máximo da Autonomia Regional.

Saúdo este Povo, espalhado por estas nove ilhas de bruma, desde o meu noroeste em S. Miguel até à pequenina Ilha do Corvo, onde a vida comunitária tantas lições tem dado ao longo dos séculos.

Sr. Presidente da Assembleia Regional dos Açores, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários Regionais:

Ao abrigo das disposições estatutárias, vem o Governo Regional dos Açores submeter ao Povo Açoriano, aqui representado, legítima e democraticamente, o seu programa de actuação para os próximos 4 anos. É um documento de trabalho, cheio de intenções e de projectos, que lemos e analisamos com curiosidade e interesse, num passado ainda não muito distante.

É óbvio que um documento desta natureza, onde exaustivamente estão explanadas definições, estruturas e intenções, possa provocar algumas dúvidas da nossa parte. É a isto que nos propomos, apesar de correremos o risco de sermos acusados de cultores de um enciclopedismo à boa maneira de Diderot.

Nem de perto, nem de longe, as questões que pomos resultam da várias leituras feitas ao Programa do Governo, circunscritas às áreas para as quais nos sentimos mais sensibilizados. Que se entenda que não há aqui uma reflexão crítica no sentido destrutivo. Pelo contrário, entendemos que, no Barco da Autonomia, os objectivos são comuns - chegar a um bom porto; à meta

final. E é com a alma lavada e o coração aberto que nos vamos debruçar sobre este programa.

Iniciamos no capítulo da "Cooperação Externa". Na página 12 do Programa, entre as várias medidas, diz-se que se avança "na institucionalização, no âmbito da Administração Regional, da estrutura que se ocupa da cooperação externa".

Aqui ficamos um tanto ou quanto expectantes sobre as soluções que o novo Subsecretário Regional irá assumir, para pôr em prática esta intenção do Governo. Esperemos que, finalmente, sejam preenchidas algumas lacunas, em falta, nesta estrutura.

Depois - Sr. Presidente, Srs. Deputados - na página 14, no sector do "Poder Local", diz-se: "cooperar com os municípios em sectores que concorrem para a satisfação das necessidades das populações, nomeadamente na resolução dos problemas mais prementes do abastecimento de água e saneamento básico".

Faz-se aqui, desta tribuna, um apelo veemente para que o Governo Regional dos Açores continue a apoiar as câmaras municipais e demais autarquias - para que estas acções sejam prioritárias, uma vez que elas, de per si, não terão os meios ao seu dispôr.

Depois, entramos num aspecto que me parece muito importante que é em relação à juventude. A nível social - e está escrito na página 19 do Programa - diz-se: "uma política familiar personalista, pois é à família que cabe a primeira e principal responsabilidade na formação das crianças e dos jovens, e atenção especial aos problemas da educação, da formação profissional, do primeiro emprego e do acesso à habitação;". Fala-se também: "no desenvolvimento sócio-cultural que passa pela melhoria da qualidade do ensino, pelo desenvolvimento desportivo e recreativo, pela ocupação dos tempos livres e pela igualdade de acesso aos bens da cultura;".

Será preciso - Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional - desenvolver, por parte do nosso Governo, acções para suprir tanta falta de instrução, em áreas de enorme densidade demográfica, que parece estar circunscrita a bairros que mais nos parecem ghettos. Na sequência, o Governo deverá equacionar os problemas levantados aos jovens que se inscrevem, por exemplo, em cooperativas de habitação, sabendo-se que as taxas de juro, no crédito à habitação, são por vezes insuportáveis, com os magros rendimentos auferidos pela juventude à procura de habitação própria.

Será preciso implementar acções para a ocupação dos tempos livres da juventude e, acima de tudo, adaptar à Região legislação que permita impedir e evitar um elevado absentismo dos professores, em certa medida, muitas vezes, responsáveis por estes tempos livres.

Mais adiante, na página 20, e na sequência: "uma política de prevenção da criminalidade juvenil e de reintegração do jovem delinvente que passa necessariamente pela melhoria da acção das Assistentes Sociais e outro pessoal de apoio nas instituições vocacionadas para um trabalho de prevenção e reintegração da delinquência juvenil".

Aqui está um aspecto - Sr. Presidente e Srs. Secretários Regionais - que não vamos deixar de acompanhar, com muita atenção e com muito interesse, aguardando as soluções que o Governo, presidido por V. Ex<sup>a</sup>, em devido tempo, não deixará de implementar.

E chegamos a um assunto que nos é particularmente grato - ao Ano Internacional da Juventude. Daqui, da humildade das minhas palavras e desta tribuna, sugiro que será indispensável, ao Governo Regional dos Açores, no mais curto espaço de tempo, nomear uma comissão que prepare, a tempo e a horas, um programa digno da juventude dos Açores e que dele dê conhecimento à opinião pública.

Quanto ao "Ambiente e Qualidade de Vida", entre as medidas propostas pelo Governo Regional no seu Programa, fala-se na: "resolução progressiva dos problemas de saneamento básico de forma a melhorar a salubridade geral do Ambiente";

Aqui, permita-se-me a sugestão que, preferia ver escrito, em vez de resolução progressiva, **resolução prioritária**.

Depois, mais à frente, afirma-se: "prosseguir as acções em curso de preparação de legislação e reforço da fiscalização no sentido de assegurar a qualidade de vida das populações (poluição sonora, por exemplo), bem como de sensibilização para os problemas do Ambiente, nomeadamente em relação à juventude".

Registamos estas preocupações do Governo, que também são nossas, e sugerimos que se implementem, nomeadamente parques de campismo, circuitos de manutenção, campanhas de sensibilização para o exercício físico, a resolução imediata do problema dos depósitos de lixo; limitando zonas de descarga e instalando maquinaria adequada à sua transformação ou eliminação; controlo rigoroso da qualidade da água que abastece as populações; a resolução dos problemas de saneamento básico, com prioridade a locais, por exemplo, onde as águas residuais ainda correm para a rua.

Quanto à sensibilização das populações para a temática da protecção civil, sugerimos também que é necessário, entre outros aspectos, que o Governo estude, rigorosamente, as falhas geológicas, a fim de se evitar a construção de unidades hospitalares, e não só, em zonas ameaçadas.

E - Sr. Presidente e Srs. Secretários Regionais - chegamos a um ponto que me é particularmente

grato. O problema da Comunicação Social. Registo o avanço feito, em relação a este Programa do Governo, comparativamente com o de há 4 anos.

No entanto, parece-me que, quanto à parte que diz respeito à cobertura da Rádiodifusão Portuguesa e Rádiatelevisão Portuguesa, em relação aos Açores, neste campo, o Governo deverá, com a força do decreto da regionalização da RDP e RTP, encarar de frente o problema das instalações do Centro Regional dos Açores da Rádiodifusão Portuguesa. Nem só de boa vontade é que o homem, e muitos profissionais da RDP nos Açores, tem praticado autênticos actos de auto-sacrifício, quando comparada a actividade da RDP nos Açores com outras empresas públicas que actuam mesmo a nível regional.

É uma necessidade imperiosa, a construção de infraestruturas de produção, adequadas ao esforço nesse domínio desenvolvido pela empresa, que não se compadece com as, exíguas e profundamente inadequadas, actualmente ao serviço.

Quanto à cobertura, da Rádio e da Televisão, da Região Autónoma dos Açores, o que é importante é a transmissão do sinal, quer de som quer de imagem entre as ilhas. A solução encontrada, há tempos atrás, e em marcha em conjunto com os CTT, impõe que seja concretizada em harmonia com os interesses não só dos CTT mas também da RTP e da RDP, e que a sua gestão seja partilhada pelas 3 empresas; sob pena de uma delas, os CTT, conceber tal rede à medida dos seus interesses imediatos. E que a questão dos custos se traduza em economia para todos os utilizadores, não provocando apenas vantagens para os Correios e Telecomunicações.

Neste domínio, há que ter em conta que a inviabilização de uma solução como a apontada, a funcionar nos termos referidos, poderá, se tivermos em conta a falta de capacidade de investimento das empresas de comunicação social, levá-las a optar, nomeadamente no caso da Televisão, pelo recurso ao satélite, em termos que se acabarão por se revelar inteiramente desajustados para a Região.

Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, Srs. Secretários:

Foi aqui já, no campo das perguntas e respostas, abordado o problema das "Empresas Públicas" e neste ponto, na página 41, o Governo afirma, no seu Programa que tende a coordenar efectivamente o sector e o seu controlo financeiro. É também - Sr. Presidente e Srs. Secretários Regionais - com muito interesse, e com muita curiosidade, e com alguma expectativa que vamos acompanhar as acções do Governo nesse sentido, para que se acabe, de uma vez para sempre, com o estigma de que algumas empresas públicas dos Açores, apesar de miseráveis, vivem como gente rica.

Um outro aspecto também que tinha aqui para

referir nesta minha intervenção, diz respeito ao cooperativismo e às medidas preconizadas pelo Governo Regional dos Açores, na página 43 - Cooperativas de Produção e Transformação Agrícola e Cooperativas de Consumo.

Sugerimos, neste campo, que os responsáveis estudem a possibilidade de se transferirem para as cooperativas deste tipo os bens e as actividades do IACAPS, uma vez que não nos parece <sup>que</sup> algumas das acções do Governo terão sido coroadas de sucesso. Assistiu-se, por vezes, ao facto de o Governo, neste sector, para além de ser concorrente da iniciativa privada, ter, por outro lado, praticado preços superiores.

Quanto à Educação, inserida no Programa do Governo na página 50, é verdade que concordamos, sem qualquer reboço, com o que o Governo afirma, quando refere: "consciencializar os açorianos quanto à sua individualidade e raízes históricas..."; "despertar nos açorianos, através do conhecimento das reais potencialidades da Região...", "entender o desporto como parte integrante do processo educativo e como factor de valorização humana...".

Gostaríamos de ver aqui referida - Sr. Presidente e Srs. Secretários Regionais - a medicina desportiva. É imperativa e imperiosa a visita de médicos às escolas, logo no início das suas actividades, a fim de se saber se os alunos estão saudáveis ou, no acto da matrícula, um atestado médico que o possa comprovar.

Finalmente, quanto às prestações pecuniárias que vêm no capítulo da Segurança Social, na página 64, uma rápida leitura suscita-me um pensamento, Sr. Presidente. Os agricultores, por conta de outrém ou por sua própria conta, foram confrontados, recentemente, com aumentos espectaculares das suas prestações às Casas do Povo. Quando muito, esta lei deverá ser repensada por parte do Governo Regional dos Açores, sob pena de termos uma população agrícola em nítida falta de concorrência com outros sectores muito mais aguerridos e financeiramente mais saudáveis.

Na parte final da minha intervenção - e que passou devido ao grande número de papeis que aqui tenho comigo - queria dar o meu apoio aos trabalhadores, aqui presentes, da Comunicação Social que, há instantes, entregaram um requerimento, à Mesa da Assembleia Regional dos Açores, no sentido de lhes serem garantidas melhores condições de trabalho, nomeadamente na instalação de uma linha telefónica directa e na instalação de um telex. Para eles, o meu apoio.

Finalmente - Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores e Srs. Secretários Regionais - parafraseando José Bruno Carreiro:

- **"Temos de defender não só os interesses materiais mas também a saúde moral das populações,**

**aproveitando tudo o que possa mantê-la e castigando tudo o que possa atacá-la".**

Considerámos, Sr. Presidente, que este Programa do Governo é um desafio bastante importante, e é um desafio bastante aliciante. Deus vos ajude a cumprí-lo.

Muito obrigado.

(Palmas das bancadas do PSD e do Governo).

**Presidente:** Pede a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para?

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu confesso que não segui, talvez com toda a atenção que devia, a intervenção do Sr. Deputado Jorge Cabral, mas chamou-me, particularmente, a atenção a sua referência ao problema das prestações pecuniárias, com incidência na população rural.

Eu perguntava ao Sr. Deputado se tem consciência de que não se tratou de uma decisão do Governo, mas sim de uma decisão desta Assembleia, em relação a esse aumento de prestações pecuniárias e de contributo para a previdência.

Pergunto-lhe se tinha consciência disso e se isto significa que o seu Grupo Parlamentar está na disposição de seguir a sua sugestão, e de trazer a revisão deste diploma a esta Assembleia.

Obrigado.

**Presidente:** O Sr. Deputado pretende responder?

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Oportunamente responderei, Sr. Presidente!

**Presidente:** Então, chegámos ao fim da hora regimental. De forma que vamos interromper os nossos trabalhos.

Os nossos trabalhos recomeçam amanhã às 10.00 horas da manhã.

Boa noite, Srs. Deputados.

(Eram 20.00 horas).

(Deputados que entraram durante a Sessão: PSD - António Silveira, David Santos, Luís Sousa Bastos).

(Deputados que faltaram à Sessão: PSD - Carlos Teixeira, Manuel Melo; PS - Raimundo Mesquita).

**O redactor de 2ª classe:** Eduardo Elias da Silva.